

Ampliar as forças para garantir a vitória oposicionista em 2002

RENATORABELO*

O resultado do segundo turno das eleições municipais foi uma significativa derrota dos partidos governistas (PSDB, PFL, PMDB). Os partidos oposicionistas (PT, PDT, PSB, PPS e PCdoB) conquistaram as prefeituras de 20 dos 31 grandes municípios onde houve segundo turno. E no conjunto das 57 cidades com mais de 200 mil eleitores, a oposição foi vitoriosa em 27, o que corresponde a um total de 19 milhões de eleitores. Mesmo a vitória de César Maia, no Rio de Janeiro, foi concretizada fora do campo situacionista.

Dentre as forças oposicionistas, os partidos de esquerda obtiveram a maior vitória. Mais especificamente o PT alcançou o melhor resultado, elegendo 187 prefeitos (correspondendo a municípios onde vivem quase 20% da população), incluindo-se nesse total seis capitais de Estados e a maior cidade do país, São Paulo.

No segundo turno, diante do crescimento das forças de esquerda, os partidos de direita foram buscar no baú da luta anticomunista do início da década de 60 "argumentos" para intimidar e atemorizar a população simples e menos informada, visando - desesperadamente - a reverter a situação a seu favor. A intolerância, o preconceito e os métodos de cunho fascistas passaram a nortear as campanhas dos partidos conservadores. Porém o resultado demonstrou que uma parcela crescente do povo não se confunde mais com o conto da satanização das forças de esquerda e comunista.

Após o pleito, mais uma vez o presidente da República, Fernando Henrique, e representantes das forças da situação procuraram diminuir o alcance da vitória oposicionista. Afirmaram que o resultado demonstrou "equilíbrio de forças"; que "não esteve em jogo a política nacional". Ou utilizaram insinuações torpes, creditando a vitória petista à sua "transformação" em "partido cor-de-rosa" - velho expediente dos grupos dominantes visando "domesticar" os partidos considerados radicais.

Do resultado das eleições municipais deste ano surge uma nova correlação de forças políticas favorável à oposição e aos partidos de esquerda. Esta situação passa a condicionar o curso do processo político que culminará na eleição presidencial de 2002. O PSDB ficou reduzido às pequenas e médias cidades. O PFL perdeu duas capitais importantes: Rio de Janeiro e Recife. O PMDB, na maior parte, ficou limitado aos pequenos municípios. Os partidos de esquerda, por sua vez, ganharam nas grandes cidades e conquistaram a maior parte do eleitorado dos centros mais importantes.

Uma primeira consequência das eleições deste ano foi a demonstração do grau de desgaste do modelo neoliberal dominante. No campo governista muitas vezes já clamam por "ouvir a voz das urnas", por "uma política pública e social". E ainda afirmam que a "esquerda capitalizou o descontentamento da população". Outra consequência é o acirramento da disputa pela Presidência de República em 2002. Recende na base de sustentação do governo a disputa pela hegemonia da condução do processo sucessório. Fernando Henrique e seu partido, o PSDB, buscam meios para dominar o curso da sucessão presidencial, enquanto o PFL pretende para si essa posição dirigente, sobretudo o atual presidente do Senado - a liderança pefelista que sai mais fortalecida nestas eleições. E o PMDB ainda procura uma definição quanto ao rumo a seguir na sucessão de FHC. A contenda que se estabeleceu no âmbito situacionista pela conquista das mesas da Câmara Federal e do Senado passa a sofrer o reflexo desse novo quadro e da ocupação de melhor posição para o embate eleitoral de 2002.

No campo oposicionista as diversas forças apresentaram-se divididas no primeiro turno e enfrentaram dificuldades para garantir a unidade em algumas cidades onde ocorreu o segundo turno. O PT se consolidou como a principal força condutora da disputa à sucessão presidencial na oposição. Entretanto, devido às divergências políticas que persistem, é possível o desenvolvimento e o surgimento de outros pólos visando a disputa de 2002. O maior desafio para as lideranças da oposição ainda se concentra na tarefa de redefinir e recompor uma ampla frente política capaz de garantir as condições de derrotar o governo neoliberal.

*vice-presidente do PCdoB



Luciana e João Paulo: oposição vitoriosa



Capitais onde as coligações integradas pelo PCdoB foram vitoriosas

Maré vermelha em Pernambuco

Olinda quer, Recife chama: João Paulo e Luciana!!! - foi o refrão do segundo turno nas duas cidades pernambucanas. Duas vitórias conquistadas com muita luta, tendo à frente João Paulo (PT) e Luciano Siqueira (PCdoB) em Recife, e Luciana Santos (PCdoB) na histórica Olinda. Um novo ciclo se inicia na cena política do Estado.

A eleição da prefeita Luciana Santos dá destaque ao Partido Comunista do Brasil. Um feito histórico. Luciana torna-se a primeira mulher comunista a governar um município brasilei-

ro. A campanha de Luciana combinou o combate ao governo FHC à administração de Jacilda Urquiza. E apresentou propostas para a cidade. Para Luciana, um dos primeiros problemas políticos a enfrentar será o relacionamento com a Câmara Municipal, onde dos 21 vereadores apenas oito apóiam o novo governo. A amplitude será decisiva para a governabilidade. E será indispensável para governar, em função da correlação de forças políticas em âmbito nacional e estadual que não se inverteu ainda.

Páginas 6 e 7

A participação comunista

O PCdoB teve uma participação ousada nestas eleições municipais. Lançou 26 candidatos a prefeito e 46 a vice-prefeito. Desenvolveu uma política mais ofensiva de alianças, inclusive em torno de lideranças comunistas. Não foram estabelecidas metas partidárias para o Executivo municipal, mas os resultados foram bastante positivos, tendo sido eleita a primeira prefeita comunista, depois do atual período de legalidade, em uma cidade de porte médio, que sedia importante patrimônio cultural brasileiro. Foram eleitos também sete vice-prefeitos, sendo dois em capitais. A bancada de vereadores teve um crescimento de 60%, sendo eleitos 18 vereadores em 13 capitais.

As alianças realizadas pelo

PCdoB, buscando a unidade oposicionista, mostraram-se corretas. As principais alianças foram realizadas com o PT. O PCdoB poderá assumir responsabilidades de governo municipal com esse partido em várias cidades. Mais ainda, os comunistas voltam a ter uma bancada de 10 deputados na Câmara Federal, com a posse de três suplentes que ocuparam as vagas deixadas por parlamentares do PT, eleitos prefeitos. O Partido deve levar em conta esse resultado para trazer mais militantes para as suas fileiras, realizando filiações de qualidade. A realização de alianças amplas, com o Partido mantendo sua independência e a defesa de suas bandeiras próprias, tem sido uma política correta, na qual deve perseverar. (RR)

A contra-reforma política reacionária

Lideranças políticas governistas estão agitando a contra-reforma política reacionária, elitista e oportunista que chamam de "reforma política". O vice-presidente Marco Maciel e os senadores Jorge Borhauen e Sérgio Machado postaram-se na linha de frente dessa peleja inglória. Esses senhores ensaiam "convidar" representantes do PT para um acordo sobre a contra-reforma.

As forças progressistas de nosso país defendem uma reforma política verdadeira, que será democrática e modernizadora. Leia o artigo do deputado Haroldo Lima (PCdoB/BA) na página 5

Morre um lutador

Aos 88 anos, morreu o desembargador Osny Duarte Pereira, intelectual que pertenceu a uma geração comprometida com o projeto nacional-desenvolvimentista e que lutou até o fim pela defesa da soberania brasileira. Cassado pela ditadura militar em 1964, nas duas últimas décadas manifestou-se, junto com Barbosa Lima Sobrinho e outros juristas, contra a subordinação do Brasil ao capital financeiro internacional. Em 1999 assinou o "Manifesto dos Juristas Brasileiros", criticando a política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso por continuar "comprometendo a riqueza nacional, para atender às políticas do FMI" e promover "a desconstitucionalização das práticas políticas do governo federal, o sucateamento dos bens públicos, o estilhaçamento da república pela submissão aos órgãos financeiros do capitalismo internacional".

Última página



Osny: compromisso nacional

PCdoB

Rogério Lustosa – uma vida dedicada ao Partido

OLIVIA RANGEL*

Rogério Lustosa, ex-dirigente do PCdoB, foi um daqueles que, como dizia Brecht, eram imprescindíveis à revolução. Só saiu do trem na última parada, quando foi colhido pela morte.

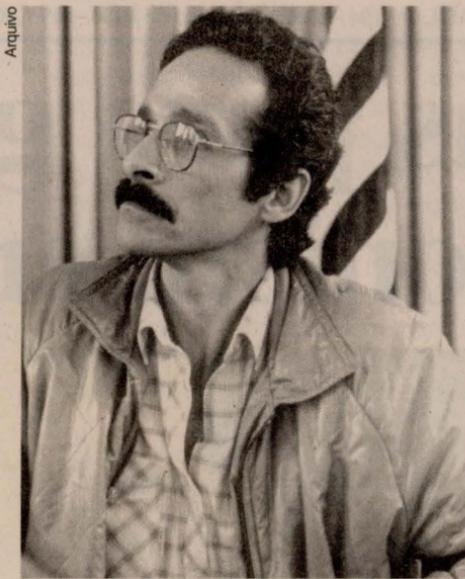
Em 21 de outubro de 1992 Rogério Lustosa faleceu, num dia ensolarado, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo. Tinha apenas 49 anos e foi fulminado por um ataque cardíaco. Membro do Comitê Central e do Secretariado, era responsável pela Agitação e Propaganda do PCdoB. Fundador e dirigente da *Tribuna da Luta Operária*, que marcou toda uma geração de militantes do Partido e do movimento popular, destacou-se como hábil polemista, bem humorado, contundente e mordaz. Colaborou permanentemente com o órgão central do Partido, *A Classe Operária*. Depois que a *Tribuna* parou de circular, em 1988, dirigiu o relançamento da revista *Princípios*, que passou a desempenhar um papel inédito como instrumento de luta teórica do Partido.

Mineiro de Belo Horizonte, Rogério iniciou sua vida de militante como aluno da Faculdade de Engenharia da PUC, no Rio de Janeiro, na época da ditadura militar. Membro da Ação Popular (AP), foi da Comissão Estudantil do Rio de Janeiro e, após o Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado na clandestinidade em 1966, passou a pertencer à Comissão Nacional Estudantil da AP. Esteve entre os presos do famoso Congresso de Ibiuna, em 1968.

Magro e anguloso, dono de um bigode de la Zapata, ficou conhecido como João Bigode. Estava sempre onde a organização precisava. No final dos anos 60 integrou o Comando Regional da AP em Belo Horizonte. Animado com a política de “integração com as massas” da organização, matriculou-se num curso de torneio mecânico do Senai. Foi preso ao participar de uma pichação do 1º de Maio de 1969, com documentos falsos. Não identificado pela repressão, foi solto meses depois.

Trabalhou então no Vale do Pindaré, no Maranhão, para dirigir o trabalho entre os camponeses contra as grilagens e pela posse das terras. Em fins de 1971 foi novamente preso e desta vez identificado. Levado para Fortaleza, brutalmente torturado, permaneceu na prisão até 1975. Da prisão, acompanhou o processo de luta ideológica da AP, compreendeu a necessidade de um partido revolucionário, marxista-leninista, e que este já existia no Brasil: era o PCdoB, no qual ingressou, ainda preso, em 1972 quando a AP se incorporou ao Partido.

De sua experiência na cadeia, preferia recordar as figuras dos companheiros de prisão, os pequenos combates, travados à custa de um esforço inaudito, que mesmo ali mantinham acesa a chama da resistência. Conservava com todo cuidado um exemplar do ultra-clandestino jornalzinho manuscrito que circulava, de cela em cela, entre os presos políticos do Ceará.



Rogério: militância comunista

Assim como bom polemista, era um exímio contador de casos. Muitas vezes, na redação da *TO*, cutucava suas lembranças e relatava fatos interessantes de sua vida no Maranhão e na prisão. Gostava, em particular, de relatar este fato ocorrido na prisão em Fortaleza: Apesar de toda a repressão que se abatia sobre os prisioneiros, um preso político, Fabiano Cunha, conseguiu a duras penas domar um assum preto, ave selvagem e arisca, que vinha comer em sua cela e aprendeu a assobiar o Hino Nacional. O tenente Gondim (hoje coronel), torturador responsável pelo lote de presos, era um fervoroso colecionador de pássaros. Encantou-se pelo assum preto, que não vive em cativeiro. Armou uma operação para capturar a ave, no horário que ela costumava visitar a cela de Fabiano. O assum preto, sentindo-se encurralado, deu um vôo rasteiro pela careca do tenente e alçou vôo pela janela, para nunca mais voltar. Grande alegria para os prisioneiros, vexame para o torturador que se vangloriava de nunca ter perdido uma presa. Penso que Rogério gostava particularmente dessa história porque se identificava com a irreverência e ousadia do pássaro que fugiu para a liberdade. A exemplo do assum preto, Rogério nunca se rendeu.

Quando saiu da prisão, em 1975, foi para o Rio, onde engajou-se no Movimento pela Anistia. Logo depois recebeu a tarefa de fundar e dirigir a *Tribuna da Luta Operária*, onde combateu as correntes que propunham a liquidação do Partido e preconizavam o fim do socialismo. No 8º Congresso do Partido expôs a principal conclusão teórica aprovada: a necessidade de “lutar desde já, pela vigência do socialismo científico em nossa pátria”.

Como o assum preto, Rogério alçou vôo e não mais voltou. Mas deixou para todo nós, amantes da liberdade, o desafio de continuar a luta teórica, política e ideológica em defesa de nossa liberdade e soberania, de um futuro melhor, de um mundo socialista.

*jornalista, membro do secretariado da OB da PUC e da Comissão Municipal de Formação de SP, diretora da União Brasileira das Mulheres

Mens@gens

Através de seu endereço eletrônico (classeop@ruralsp.com.br; <http://www.pcodob.org.br>) e de cartas à redação (rua Adoniran Barbosa, 53, São Paulo, SP, CEP 01318-020), A Classe recebe diariamente uma série de mensagens, das quais apresentamos alguns resumos. Todas as mensagens são respondidas aos seus autores. No caso das mensagens enviadas com o endereço eletrônico, os autores passam a receber materiais e opiniões do Partido, via correio eletrônico.

Solange: Sou doutoranda em direito ambiental na Universidade de Paris I e estou fazendo um levantamento da questão ambiental e municipais. Gostaria de saber 1) os candidatos municipais do PCdoB apresentaram um programa de ação na área ambiental? 2) qual e a postura do PCdoB em relação a proteção e a gestão ambiental? Desde já agradeço vossa atenção, esperando poder contar com vossa colaboração.

Marcelo: Gostaria que os dirigentes do Partido, dessem atenção especial a questão da preservação ambiental do que restou da Mata Atlântica do Sul da Bahia. São diversas as agressões, muitas delas cometidas com a conivência dos poderes públicos estaduais e municipais.

Cláudia: Peço a gentileza de me enviarem material ou casos locais sobre rádios comunitárias que tenham melhorado a qualidade de vida de uma comunidade e que estejam contribuindo para a prestação de utilidade pública.

Cristina: Gostaríamos de poder contar com a colaboração de Vs.Ss., no sentido de nos indicar e/ou enviar textos, bibliografias, e outro material a respeito da reforma política, para que possamos enriquecer nosso trabalho.

Luiz: Gostaria de contar com o apoio de vossas senhorias no sentido de enviar-me bibliografias, estudos, que abordem esse lado tão obscuro – trabalhador – no processo de reestruturação produtiva, que é realmente quem sofre as consequências de todo o processo, tendo de se reciclar (quando permanece trabalhando) ou se requalificar para uma nova função.

Jonatas: Estou fazendo um trabalho de escola e escolhi por falar sobre o PCdoB. Gostaria de receber informações sobre a sua plataforma e atuação efetiva.

Girardi: Gostaria que me esclarecessem qual a diferença entre socialismo e comunismo, se é que existe alguma.

Leonardo: Queria saber qual a diferença entre PT e PCdoB.

Marcelo: Tenho grande simpatia pelo PCdoB, em que pese não ser filiado ao Partido, já que em minha cidade não há diretório. Gostaria, se fosse possível, de obter informações acerca da fundação de um diretório municipal do PCdoB, bem como de receber algum material informativo, sobre a linha ideológica do PCdoB.

Carlos: Somos do Centro Acadêmico de Ciências Econômicas da UCSal e vimos convidá-los a participar do Semeco/2000 (1ª Semana de Economia), que se realizará entre os dias 20 e 25 de novembro nas instalações da Universidade.

Vanessa: Existe em Viçosa, uma festa chamada Nico Lopes e que está completando este ano, seus 72 anos. É um ato com muita irreverência e contestação.

Luís: Gostaria de saber como posso me filiar ao PCdoB.

Vicente: Quero saber como me filiar ao Partido.

Igor: Sou estudante universitário e votei no PCdoB nessas eleições. Aprendi uma coisa: a partir de hoje só vou votar nos partidos de esquerda. Aprendi também que os jornais são grandes porta vozes do governo. Gostaria de receber notícias via correio eletrônico.

Scheila: Estou interessada em receber material do Partido para leitura e estudo.

Baltasar: Gostaria de continuar recebendo as informações enviadas por vocês, pois eu envio para mais pessoas que também são beneficiadas pelo precioso correio eletrônico informativo.

Paulo: Gostaria de receber notícias ou correspondências do Partido via correio eletrônico, pois sou um dos mais novos filiados em minha cidade.

Rodrigo: Obrigado por ter enviado a análise conjuntural pós eleição 1º turno.

Agamenon: Repasso meu endereço para receber informes e publicações

Sérgio: Sou novo no Partido, gostaria de receber informações via correio eletrônico.

Daniel: Os judeus e os palestinos podem habitar a mesma terra. Quando é que o povo vai aprender a estudar, trabalhar, passear, viver em paz e deixar os outros viverem em paz?

Walter: O holocausto foi uma vergonha histórica contra os judeus na Europa nazista. A criação do Estado de Israel foi um erro histórico contra os palestinos no Oriente Médio. A Arábia unida, com certeza, repara esse erro.

Antônio: Recebi a nota do PCdoB, de apoio à Causa Palestina, que acho correta. Só não concordo com a última frase, segundo a qual vocês defendem e apóiam “todas as iniciativas no campo diplomático que conduzam à paz”. Ora, como se viu no encontro de Sharm el-Sheikh, Israel e os Estados Unidos impuseram aos representantes dos palestinos condições inaceitáveis, que, aliás, eles não podem cumprir (como a suspensão da Intifada) e, ainda por cima, sob a supervisão da CIA. Talvez fosse bom acrescentar, na citada frase, algo como “... que conduzam à paz, respeitando os interesses fundamentais do povo palestino”.

Heberte: Sou militante político em minha cidade pelo PPS e preocupado com a linha política que as forças conservadoras estão adotando para combater as candidaturas de esquerda em todo país, tentando passar para a população que somos responsáveis pelo caos e a baderna entre outras táticas fascistas.

Gilmar: Gostaria de parabenizar a direção e todo o coletivo do Partido pela grande vitória em São Paulo.

Marcos: Congratulações, pelo desempenho do PCdoB nas eleições municipais!

Edson: Saudações comunistas pelo balanço positivo que podemos fazer do desempenho de nosso PCdoB no 1º turno das eleições municipais deste ano.

Fátima: Ao PCdoB, parabéns pelo sucesso obtido nas eleições municipais de 2000. Pena que no Rio de Janeiro teremos de continuar a aturar esses políticos de gabinetes.

Victor: Quero externar minha alegria pela deputada estadual de Pernambuco, Luciana, candidata a Prefeitura de Olinda/PE ter ido para o 2º turno nas eleições 2000.

Gilberto: Nesta eleição votei nas suas idéias no primeiro turno, e votarei novamente no segundo, espero não me decepcionar e estar nas próximas eleições me lamentando desta mesma maneira.

Verinha: Estamos altamente satisfeitos com as nossas vitórias. Mas o mais importante é vencermos a eleição seguintes e colocarmos no Palácio do Planalto nosso verdadeiro representante; à frente dos Estados governantes afinados com a nossa luta e no Congresso Nacional um número significativo de parlamentares que dêem sustentação às nossas bandeiras. Obrigada pelas mensagens.

Frederico: Gostaria de mostrar minha indignação com o autor da seção *Opinião* da revista *Época* da semana de 09/10. O autor insinua que Lenin era uma pessoa sem solidariedade, e que os comunistas não ligam para os próximos por acharem que já estão fazendo muito ao lutar por um mundo melhor. Achei horrível a intenção do autor.

Bruno: Encaminho um conto de minha autoria que trata da invasão vermelha na cidade do Recife.

Paulo: Escrevo aqui dos EUA. Como bem sabem, a questão do imigrante por aqui está na ordem do dia. Nós, comunistas do Brasil, podemos agir como vanguarda e começar uma mobilização do governo brasileiro e congresso para aprovarmos leis que auxiliem o imigrante aonde estiver.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Edição:** Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Edvar Bonotto e Luciano Pereira de Menezes (arquivo).

Editoração Eletrônica: Sandra Luiz Alves. **Administração:** Francyroze de Andrade Matarazzo.

Publicação mensal da *Empresa Jornalística A Classe Operária* - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 11 3106 0412.

PCdoB na Internet: <http://www.pcodob.org.br> - Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

ELEIÇÕES

O golpe da direita em Fortaleza

LUIZ CARLOS ANTERO

O resultado do segundo turno das eleições para a prefeitura de Fortaleza pode ser considerado, antes de qualquer outra coisa, um painel da violência que as modernas fraudes podem ocasionar no processo político e na frágil democracia brasileira. A compra de pesquisas e o aparelhamento da máquina pública garantiram a Juraci Magalhães (PMDB) a reeleição com 512.655 votos, o equivalente a 53,97% dos votos válidos. Inácio Arruda (PCdoB) obteve 437.271 votos (46,03%). A diferença entre os dois foi de apenas 75.384 votos (7,94%). Este resultado divergiu frontalmente das pesquisas de intenção de voto do Ibope e Datafolha, que registravam até 23% de superioridade do candidato de Fernando Henrique – que investiu polpuda quantidade de recursos públicos nesta reeleição. O resultado, contudo, significou um imenso avanço da frente dos partidos populares em Fortaleza: em 1996, Juraci foi eleito com 63,25% dos votos e Inácio ficou em segundo com 18,18%.

A vitória do continuísmo sobre o candidato do PCdoB traz de volta o debate sobre o instituto da reeleição no Brasil, especialmente pelas suas conseqüências práticas. O prefeito utilizou descaradamente a máquina pública como se fosse uma empresa particular, comprou votos em troca de obras, transformou as instalações de escolas e postos de saúde em comitês, humilhou os servidores públicos municipais, ameaçados com o desemprego e com a perda de funções comissionadas se não assumissem a postura do cabo eleitoral, inundou a periferia de cestas básicas, dinheiro e fez demagogia com outras necessidades prementes de uma população mantida deliberadamente na miséria para servir como massa de manobra em ocasiões como a eleitoral.

O instituto da reeleição, imposto mediante um desejo de Fernando Henrique, numa ruptura com a tradição republicana, estabeleceu uma situação de desigualdade entre os concorrentes, com um deles dispondo de meios efetivos de poder e uma posição privilegiada na disputa, sem deixar o cargo durante a campanha eleitoral. A falta de transparência foi institucionalizada. A quebra de estabilidade do funcionalismo público os submeteu aos mecanismos de controle aplicados na iniciativa privada, reduzindo as condições de resistência.

Inácio Arruda denunciou os abusos dos institutos de pesquisa, que atuaram em aberta articulação com o atual prefeito, e prometeu acioná-los judicialmente com o apoio dos partidos da coligação *Fortaleza de Todos*. Denunciou também a violência policial empregada pelo candidato à reeleição, com o apoio do gover-

nador Tasso Jereissati, e exibiu as bombas atiradas contra os militantes de esquerda.

“Enfrentamos em Fortaleza uma quadrilha que está dentro da Prefeitura e que fez duas campanhas: uma por cima, no rádio e televisão, e outra subterrânea, de discurso fascistoide, nazista, usando a máquina pública de maneira cínica, acintosa, fazendo pressão nos órgãos públicos. Os abusos foram praticados abertamente, com a cumplicidade da Justiça Eleitoral. No segundo turno, algo inédito aconteceu em Fortaleza, uma vez que em nenhum outro local foi subtraído o direito do povo de assistir um debate entre candidatos. Aqui, a Justiça Eleitoral chancelou essa posição de covardia, impedindo quem foi ao debate de se pronunciar”, afirmou Inácio.

O líder oposicionista destacou conquistas que resultam desta campanha, especialmente a unidade dos partidos do campo popular e o engajamento de praticamente a metade do povo de Fortaleza de forma livre e independente. “Preservaremos essas conquistas para consolidar uma oposição popular ao governo do prefeito reeleito. Se não fosse o povo não teríamos condições de enfrentar o grupo de gangsters que está na Prefeitura de Fortaleza”, e ressaltou a vitória do primeiro turno.

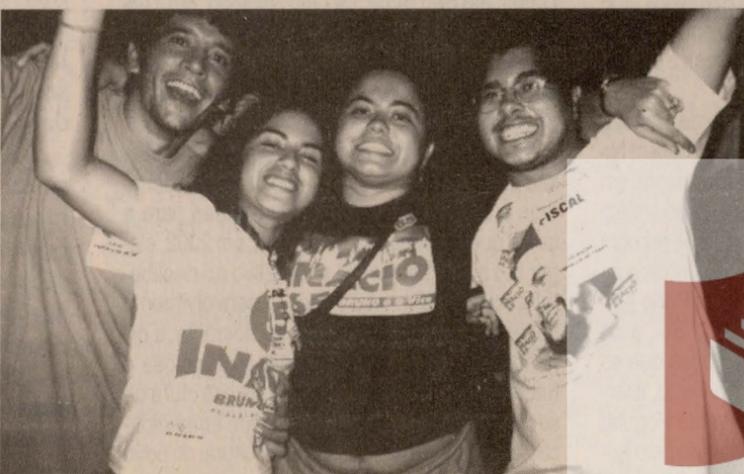
Apesar do resultado, o ambiente foi de altivez e orgulho pela campanha realizada. A expressiva militância da coligação *Fortaleza de Todos* promoveu uma festa nas imediações do comitê central da campanha, na avenida da Universidade, fechando o trânsito em diversos quarteirões. Foi a comemoração da dignidade, da união do povo que volta às ruas, e a vitória da consciência contra o poder de fogo milionário dos conservadores. Como afirmou uma ativista da campanha, “só em ver a militância que trabalhou com amor, com garra, sem ganhar dinheiro, já é compensador”.

Contudo, a primeira eleição municipal com segundo turno em Fortaleza registrou a maior abstenção em 15 anos: 236.915 eleitores (19,46% do total de 1.217.576) não foram às urnas. Os votos brancos somaram 12.765 (1,30%) e os nulos foram 17.970 (1,83%). Isto indica

o imenso trabalho que vem pela frente, a partir do capital político acumulado pela oposição popular. A expressiva mobilização nas ruas da cidade na véspera e no dia da eleição mostraram um volume de campanha que contagiou Fortaleza. A campanha anticomunista de Juraci Magalhães atraiu para a oposição inclusive um apoio significativo de várias tendências religiosas, que, com suas principais lideranças foram à TV prestar solidariedade à candidatura de Inácio.

Um contingente de apoiadores, que extrapolou expressivamente a militância dos partidos da frente, entrou em guerra aberta contra a corrupção e o poder conservador, acenando bandeiras nas ruas e avenidas e cantando o *jingle* de Inácio, realizando espontaneamente a conquista de votos na boca de urna e resistindo à apreensão dos materiais pela polícia. Ao som do frevo “hora da virada”, a eleição foi transformada num carnaval fora de época. Alheios às pesquisas de opinião, os partidários de Inácio disputaram voto a voto. As vassouras com cartazes em que se lia “varrendo a corrupção” se espalharam pela cidade e, diante do cerco repressivo, o Hino Nacional foi transformado em canto de resistência.

A amplitude da campanha pode ser medida também pelo apoio de parlamentares de todas as correntes política. Do próprio PSDB, se descolaram o senador Lúcio Alcântara e o deputado federal Ubiratan Aguiar, primeiro secretário da Câmara dos Deputados, que declararam o voto em Inácio. Enquanto Tasso Jereissati declarava que “as posições de um partido chamado PCdoB são mais traumáticas” que as de Juraci, Ubiratan Aguiar considerou o programa de governo da frente de esquerda “mais consistente” e foi contundente na crítica dos institutos de pesquisa: “não havia nenhum fato novo para que atribuíssem aquela vantagem a Juraci”. Lúcio Alcântara considerou a necessidade de mudanças na administração municipal e afirmou que pretende realizar, após o término do período eleitoral, uma avaliação comparativa entre os resultados divulgados pelos institutos de pesquisas e os resultados da eleição.



Apesar do resultado adverso, a militância esteve ativa

Estado de Minas



O prefeito Célio, reeleito em Belo Horizonte

Minas confirma tendência oposicionista

JÔ MORAES*

Minas confirmou sua tendência do primeiro turno ampliando o número de votos oposicionistas nos principais centros urbanos no segundo turno. Nas quatro cidades do Estado com mais de 200 mil eleitores, as forças governistas só ganharam na cidade operária de Contagem. Célio de Castro (PSB), em Belo Horizonte, Tarcísio Delgado (PMDB), em Juiz de Fora, e Zaire Resende (PMDB), em Uberlândia, candidatos de uma ampla frente de centro-esquerda, foram vitoriosos. Chega a 54% (perto de 2 milhões e 600) os votos oposicionistas dessas quatro cidades e dos dez maiores municípios com mais de 100 mil eleitores.

A vitória das forças democráticas e populares no segundo turno tem uma importância particular pelo fato de que a metade das prefeituras do Estado já haviam sido ocupadas pelos partidos das elites (PSDB, PFL, PPB e PTB). Alguns fatores contribuíram para esse resultado do primeiro turno. Entre estes fatores se destacam a divisão das forças de esquerda, em algumas cidades, e certo distanciamento do governador Itamar Franco do processo eleitoral.

O resultado de Belo Horizonte foi o que maior impacto trouxe para as forças populares do Estado. É o terceiro mandato de um projeto popular para o qual os belorizontinos manifestam seu reconhecimento, apesar de certas dificuldades enfrentadas no último período. A vitória se deveu a quatro aspectos fundamentais: uma forte coesão política de todas as forças de esquerda desde o primeiro turno; uma condução, no segundo turno, onde a polarização entre dois projetos se expressou de forma clara; a busca de ampliação com os dissidentes das forças do centro que haviam apoiado o candidato Inácio; e uma ligação forte com as principais lideranças populares que

participam da construção do projeto.

O resultado final – 54,9% a 45,1% – demonstrou que não foi uma disputa fácil. É preciso compreender a dimensão dos problemas enfrentados para que se possa responder politicamente a eles. O instituto da reeleição conta com uma forte resistência da população, fruto do segundo mandato de Fernando Henrique. No período mais recente, duas rupturas com importantes setores da administração deixaram fortes seqüelas. A primeira delas foi na área da saúde que viveu uma fase de condução autoritária, exatamente num momento de grande complexidade, onde a adesão dos profissionais do sistema era fundamental para o enfrentamento dos problemas. A segunda foi a relação com os servidores da área da educação durante um movimento grevista. É necessário também que se destaque para futuras definições políticas certa dificuldade de interlocução da administração popular com uma expressiva parcela da juventude.

Grandes desafios estão postos para esse novo período que se inicia. O primeiro deles é a construção de uma forte *coesão programática e articulação administrativa* dentro da equipe que deverá assumir. É preciso que todos tenham claras as prioridades de governo e não as estabelecidas por cada órgão.

A consciência de que BH não é uma ilha, vivendo hoje sob o forte impacto do modelo neoliberal, exige uma profunda sensibilidade social. Dentro das prioridades cabe um grande movimento “BH pelo emprego” e um efetivo aperfeiçoamento dos mecanismos de participação popular. Só com o aprofundamento da relação da administração com as organizações do povo as imensas dificuldades poderão ser enfrentadas.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
*vereadora (PCdoB/Belo Horizonte)
e membro do Comitê Central

ELEIÇÕES

Avanços da oposição verdadeira na Bahia

Segundo o presidente do PCdoB na Bahia, vereador de Salvador, reeleito, Daniel Almeida, “as forças carlistas, do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL), continuam majoritárias no Estado, mas registram-se também avanços importantes da oposição, especialmente pela conquista de prefeituras de municípios estratégicos como Vitória da Conquista e Irecê, que já eram administradas pela oposição, mais os municípios de Juazeiro, Itabuna, Alagoinhas e Senhor do Bonfim. O Partido compôs frentes que foram vitoriosas nestes locais, jogando um papel importante na ordenação das campanhas e passando a discutir, a partir de agora, a participação nas administrações eleitas. Surge um bloco de oposição ao carlismo com mais nitidez e consistência, uma oposição de projeto, e não apenas de grupos sem uma definição de conteúdo nessa contraposição. A oposição hoje tem conteúdo e força política, há uma nitidez na distinção entre o que é carlismo e o que é oposição hoje na Bahia. Esse é o grande diferencial dessa eleição. O carlismo tem força, mas há uma oposição real e verdadeira, com um conteúdo diferente”.

O dirigente comunista destaca que “a bancada de vereadores foi ampliada, saindo de 19 eleitos em 1996 para 24 este ano. Passamos a contar com vereadores em cidades importantes onde não tínhamos parlamentares, a exemplo de Ilhéus. Houve também bom desempenho em locais como Livramento, Itapeitinga e Curaçá, com eleição de dois vereadores cada. Por outro lado, registramos algumas perdas importantes, dei-

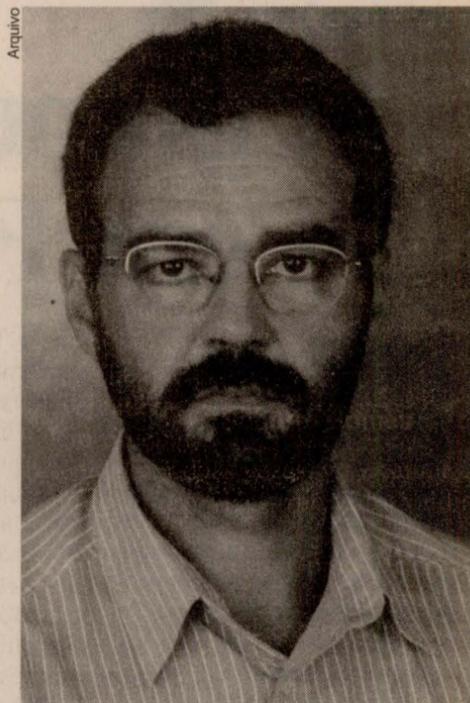
xando de eleger candidatos em Barreiras, Eunápolis, Pojuca e Irecê, sendo que neste último município tínhamos dois vereadores. O resultado revela um pequeno crescimento. Não podemos falar em grandes êxitos na Bahia, nem tampouco em grandes derrotas, ou seja, tivemos um resultado regular. Outro fato é que deixamos de ter vereador em Guanambi e não elegemos nosso candidato a prefeito”.

Em Salvador, segundo Daniel, foi alcançado “um êxito importante. A nossa tática se mostrou acertada. Mantivemos os dois vereadores (Daniel com 11,6 mil votos, ou quase o dobro da última eleição, e Javier Alfaya com 9 mil, ou 3 mil a mais do que em 96), que ficaram em primeiro e segundo lugar entre os mais votados da coligação. Também garantimos uma grande votação para o Partido, totalizando mais do que o dobro de votos obtidos na eleição de 96. Passamos de cerca de 15 mil votos registrados naquele ano para os 35 mil de agora. Chamo a atenção também para as grandes votações obtidas por candidaturas como a de Olívia Santana (5,1 mil votos) e Reginaldo Oliveira (4 mil). O resultado em Salvador foi, portanto, amplamente vitorioso. Vale registrar que em Salvador Imbassahy ganhou no primeiro turno. O medo de mudança dominou mais do que a consciência sobre um projeto conveniente para a cidade. Mesmo assim o espaço político da oposição em Salvador permanece. O eleitorado oposicionista continua presente e vai favorecer o trabalho que pretendemos desenvolver na Câmara e junto à sociedade. Não fomos

ao segundo turno por uma diferença de apenas 3,75% dos votos. Nelson Pelegrino cresceu mais do que Imbassahy e não houve candidaturas de centro capazes de tirar votos do candidato governista. A polarização entre os dois foi forte e as outras candidaturas não cresceram suficientemente para garantir o segundo turno”.

O PCdoB registrou importante vitória em Livramento de Nossa Senhora com a eleição do lavrador Jorge Lessa e do odontólogo Ricardo Matias à Câmara Municipal, de um total de 12 candidatos que concorreram em chapa própria do Partido. Caiu e Dr. Ricardo, como são conhecidos, receberam respectivamente 461 e 454 votos. Entre os demais candidatos, as maiores votações foram obtidas por Vitalmir Moura (417 votos) e Silvino Alves (353 votos). O PCdoB alcançou a marca de mais de 2,5 mil votos, incluindo os de legenda.

Na avaliação do vereador João Cambuí, o resultado eleitoral foi positivo: “Os votos recebidos foram realmente de opinião e em sua maioria vieram da sede do município”, destaca. Além dos dois vereadores do Partido, a Câmara de Livramento contará com quatro parlamentares eleitos pela coligação PMDB/PSC, quatro pelo PFL e três pelo PTB. Esta é a primeira vez que o município terá dois vereadores do PCdoB. Até então, contava com o mandato de João Cambuí, eleito no pleito anterior. Apesar de não ter se saído vitoriosa, a chapa majoritária composta pelo PMDB e PCdoB, que teve João Cambuí como candidato a vice-prefeito, obteve um resultado destaca-



Daniel: avaliação positiva

do, perdendo por uma diferença de apenas 649 votos, tendo recebido cerca de 9,2 mil votos.

Em Ilhéus, a eleição de Marluccia Paixão vai garantir o retorno do PCdoB à Câmara, depois de um período de quatro anos sem representação. Bancária e professora, Marluccia concorreu pela primeira vez a um cargo eletivo e será a única mulher a compor o quadro da Câmara, de um total de 19 vereadores. Nove deles foram reeleitos e 10 são novos. “Esta vitória tem de ser comemorada principalmente porque a maioria dos vereadores eleitos conseguiu chegar lá com a marca da compra do voto e utilização da máquina da Prefeitura, enquanto minha candidatura veio da área popular e contou com poucos recursos”, afirma a nova vereadora. Marluccia atribui o bom desempenho eleitoral à campanha ampla realizada, que englobou várias áreas, a exemplo das universidades, bancários, pólo de informática e assentamentos da zona rural.

Gaúchos reafirmam que querem mudança

As eleições municipais no Rio Grande do Sul, marcadas pela polarização de dois campos políticos – os que condenam a política de FHC e os que apóiam esta política –, confirmou a característica histórica do Estado. O eleitorado gaúcho continua condenando a política econômica e social de Fernando Henrique Cardoso. A direita, a grande derrotada, elegeu apenas um prefeito nas cinco maiores cidades.

O PT aumentou sua influência política, passando de 26 para 35 prefeituras. Venceu nos três maiores colégios eleitorais – Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas –, mantendo pela quarta vez consecutiva o comando da capital gaúcha. O PCdoB está coligado na vitória obtida, pela Frente Popular, que venceu em nove das 26 prefeituras com mais de 50 mil eleitores. Isto corresponde a um eleitorado de 2.078.500 – 34% dos eleitores do Rio Grande do Sul.

O PPB conquistou 174 prefeituras, o que corresponde a 36% das cidades. Na eleição anterior o PPB havia conquistado 143 prefeituras, embora cinco delas entre os maiores colégios eleitorais do Estado. O PDT reduziu o número de prefeituras e perdeu lideranças como Sereno Chaiser, ex-presidente estadual do partido, fruto da linha política, particularmente no segundo turno, onde se aliou aos conservadores em Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas e Canoas.

O PMDB reduziu de 157 para 139 as cidades que administra, sendo cinco

entre os municípios com mais de 50 mil eleitores. O PCdoB é participante da vitória da esquerda no Rio Grande do Sul, tendo uma maior responsabilidade por ter duplicado sua bancada de vereadores. O Partido deverá ocupar novos espaços

nos executivos, o que demandará uma prática política em patamar muito mais elevado. Este será o desafio (bom) dos comunistas no Estado.

Vitória, vitória, vitória!

JUSSARACONY*

A vitória das forças de esquerda e populares, nos dois turnos, em todo o Brasil, principalmente nas cidades formadoras de opinião, nos leva a algumas certezas! A primeira delas é a íntima relação desta vitória com a capacidade que tivemos, face ao momento que vive a nação, de radicalizar nossa luta ampliando, aglutinando e unificando os verdadeiros patriotas e democratas! Outra certeza é a de que tudo o que conquistamos é fator de acúmulo para a gigantesca tarefa que o momento impõe: abrir caminhos para as transformações políticas, econômicas e sociais que o povo brasileiro aspira.

Como as demais forças de esquerda, populares e democráticas, o PCdoB foi um vitorioso! No Rio Grande do Sul, participamos ativamente, em unidade de ação, para o enfrentamento ao projeto excludente de Fernando Henrique, o que fez com que obtivéssemos expressivas vitórias, no segundo turno, como a de Tarso Genro, em Porto Alegre, de Pepe Vargas, em Caxias do Sul, e de Fernando Marroni, em Pelotas. Vitórias que se situam no contexto do projeto de governo, alternativo ao neoliberalismo, que a Frente Popular constrói no Rio Grande do Sul, liderado pelo governador Olívio Dutra. Aqui, dobramos nossa ban-

cada de vereadores, com a eleição de Deo Gomes e Renato Oliveira, em Caxias do Sul; de Nélio Lúcio, em Gravataí; de Júnior Píaiá, em Ijuí; de Francisco Koller, em Nova Ramada, de Júlio Martins, em Rio Grande; de Dina Almeida, em Cachoeira do Sul; de Carlito Borges, em Estância Velha; de José Vargas, em Não Me Toque; de Paulo Paim, em Santa Rosa; de Dino Lopes, em São Borja, de Lírio Neuland, em Três Passos; e de Juliano Roso, em Passo Fundo. Retomamos nosso mandato em Porto Alegre, com 8405 votos que elegerem Raul Carrion na posição de 8º colocado na Capital da Esquerda!

As vitórias obtidas nos remetem a uma reflexão profunda de seu significado para que tenhamos a capacidade de acumular forças para a tarefa que, de imediato, está posta: em 2002, eleger um projeto nacional, alternativo ao neoliberalismo, que garanta o nosso desenvolvimento soberano, a radicalização da democracia, a organização da luta do povo para a grandiosa e futura tarefa de construir uma nova estrutura de sociedade onde ocorra a verdadeira emancipação política, econômica, social e cultural do povo brasileiro: a sociedade socialista.



Jussara Cony

Socorro assume mandato federal

Com a vitória de Edmilson Rodrigues, candidato da Frente Belém Popular para a prefeitura de Belém, Socorro Gomes vai assumir pela terceira vez o mandato de deputada federal. Ela, que já foi vereadora de Belém e deputada federal por duas vezes, vai assumir a vaga do futuro vice – prefeito Valdir Ganzer.

A volta de Socorro Gomes à Câmara Federal está sendo aclamada por vários setores da população paraense que acostumaram-se a vê-la como uma parlamentar atuante na defesa dos interesses dos trabalhadores do campo e da cidade.

Além disso, os mandatos de Socorro se caracterizaram pela defesa da soberania nacional, da Amazônia e de sua biodiversidade. Ganhou grande repercussão a campanha nacional contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, coordenada por ela no Pará.

O mandato de Socorro, somado ao mandato estadual de Santa Rita e o mandato municipal de São João do Grão, conquistado em 1998, fortalece o PCdoB e a luta do povo no Pará.



Socorro Gomes

ELEIÇÕES

Consagração da esquerda em SP

CLÁUDIO GONZÁLEZ*

A apuração dos votos em São Paulo confirmou as expectativas e consagrou a esquerda como a grande vencedora do segundo turno. Das oito cidades onde houve segundo turno no Estado, os candidatos de esquerda venceram em seis (São Paulo, Campinas, São José do Rio Preto, Diadema, Mauá e Guarulhos). A única derrota foi em Santos, onde o PPB reelegeu o prefeito. Em Mogi das Cruzes nenhum dos dois candidatos que disputaram o segundo turno era do campo oposicionista.

Das 16 cidades com mais de 200 mil eleitores, a esquerda irá governar dez: São Paulo, Campinas, Guarulhos, Mauá, Diadema, Santo André, Ribeirão Preto e Piracicaba serão administradas pelo PT e São José do Rio Preto e São Bernardo do Campo pelo

PPS. Com exceção de Campinas e São Bernardo, o PCdoB fez parte da coligação vitoriosa, sendo que em Campinas o Partido se incorporou à campanha petista a partir do início do segundo turno. Quase metade do eleitorado paulista vivenciará administrações do campo popular e progressista a partir de janeiro de 2001.

O grande destaque deste segundo turno foi a vitória de Marta Suplicy na maior e mais importante cidade do país. Essa vitória, acompanhada do bom desempenho da coligação na eleição para a Câmara Municipal de São Paulo, dará grande visibilidade para as idéias e ações da esquerda em âmbito nacional. Particularmente para o PCdoB, que elegeu três vereadores, será a oportunidade projetar novas lideranças e se firmar como a segunda principal força de esquerda na capital. Também Campinas e Guarulhos terão administrações petistas e contam com

presença comunista nas suas respectivas Câmaras.

Tom oposicionista

Apesar do amplo debate sobre questões locais, a eleição do segundo turno teve um forte tom oposicionista. O discurso antineoliberal, antiprivatizante e anti-FHC calou fundo no sentimento dos eleitores. Para tentar despolitizar o debate, vários adversários partiram para violentos ataques pessoais. Na capital, o candidato Paulo Maluf protagonizou uma das campanhas mais sórdidas, reacionárias e preconceituosas que já se viu na cidade. Tais ataques, porém, não desmotivaram a grande massa de eleitores que estava em busca de administrações éticas, competentes e independentes do governo FHC para seus municípios e que enxergou nas candidaturas da esquerda todas estas características. Mesmo nas cidades onde os governistas foram eleitos, o de-



Vitória de Marta foi festejada na avenida Paulista

sempenho da esquerda foi muito bom.

O PCdoB se debruça, a partir de agora, no debate sobre a participação do Partido nos governos eleitos. A vitória das coligações oposicionistas traz a possibilidade de reforçar os movimentos sociais, atendendo velhas demandas e necessidades não satisfeitas. Representa ainda a possibilidade de abrir caminhos para as mudanças necessárias no ambiente político estadual e na-

cional e projetar novas lideranças partidárias. O PCdoB/SP, também construtor dessas vitórias e comprometido com uma visão de conjunto da política nacional, não deverá se furtar a assumir sua parcela de responsabilidade, ajudando a gerir as prefeituras, lutando para que elas se tornem exemplo de administrações populares e, por outro lado, aprofundando seus laços com o povo, abrindo um novo ciclo de conquistas do movimento popular.

Reforma e contra-reforma política

HAROLDOLIMA*

Arquivo



Haroldo: reforma deve ser para ampliar a democracia

Logo após a grande vitória oposicionista do segundo turno, forças distintas começaram a falar em mudanças no sistema eleitoral. Imediatamente algumas lideranças, dessas já marcadas, puseram-se a agitar a contra-reforma política reacionária, elitista e oportunista que pregam e que chamam de "reforma política". O vice-presidente Marco Maciel e os senadores Jorge Borhansen e Sérgio Machado postaram-se na linha de frente dessa peleja inglória, talvez até para esconderem a recente derrota eleitoral que tiveram seus Partidos em seus Estados. Mestres na arte de confundir o eleitorado ocultando a origem autoritária das propostas que defendem – todas elas recolhidas dos escombros da ditadura militar – esses senhores ensaiam agora "convidar" representantes do PT para um acordo sobre a contra-reforma. E marcam encontros e cafés-da-manhã para mostrar ao povo que eles, do PFL, nessa "questão candente", estão com o PT. Com se isto fosse verdade.

As forças progressistas de nosso país defendem uma reforma política verdadeira, que será democrática e modernizadora na medida em que sirva a quatro objetivos fundamentais: 1) o aprofundamento da democracia e não sua restrição; 2) a garantia do vontade do eleitor e não a fraude; 3) a libertação das eleições do poder econômico, da mídia, dos institutos de pesquisa e da máquina estatal e não sua submissão a esses instrumentos de poder; e 4) a criatividade das soluções brasileiras e não o transplan-

te mecânico de experiências alheias.

A existência de cerca de 170 projetos de lei específicos sobre essa matéria tramitando na Câmara dos Deputados é a base propositiva ampla que, devidamente examinada e discutida, em fórum adequado, poderá viabilizar uma verdadeira reforma política no Brasil, democrática e modernizadora.

A Câmara já deliberou constituir uma Comissão Especial para tratar da reforma política, decisão ainda não implementada, mas que é o ponto de partida para o andamento prático e correto da reforma pretendida. As proposições já aprovadas pelo Senado a respeito de "reforma política" iriam a essa Comissão Especial, como inclusive aconteceu em casos passados. Aliás, a iniciativa do Senado, nessa questão, é de legitimidade duvidosa, vez que a Casa de "repre-

sentantes dos Estados e do Distrito Federal" não tem porque tomar essa iniciativa, que sempre foi da Casa "de representantes do povo." (Arts. 46 e 45 da Constituição).

Porta-vozes do PFL matreiramente procuram transmitir a lideranças do PT a idéia de que pelo menos em cinco pontos têm unidade: a fidelidade partidária, a cláusula de barreira, o financiamento público de campanha, o voto em lista partidária e a proibição de coligações proporcionais. Evidentemente que essa suposta "unidade" entre forças conservadoras, como algumas lideranças do PFL, e forças progressistas, como o PT, é absolutamente falsa e enganosa. O que certas lideranças do PFL e de outros partidos conservadores querem é, através de expedientes da chamada "reforma", alijar da vida política nacional uma gama de partidos que não lhes são submis-

sos e, em decorrência, aumentar em muito o tempo gratuito de televisão a que teriam acesso, o montante do fundo partidário que receberiam e o financiamento público de campanhas que só os grandes partidos teriam.

Em oportunidades passadas mostramos como o núcleo das propostas de "reforma política" defendidas pelos setores mais estreitos da política nacional era exatamente o "entulho autoritário", extirpado no processo constituinte de 1987/88. A ameaça do retorno do "entulho" voltava-se, especialmente, contra os partidos pequenos que, ao resistirem, sempre contaram com o apoio do PT. Todos achavam que a ameaça não era apenas à sobrevivência dos partidos menores, mas aos preceitos da representação democrática. Nunca admitimos que a legislação abrigasse partidos de aluguel, mas não aceitamos a idéia de que partido de aluguel é só partido pequeno, assim como não concordamos que, a pretexto de se coibir partidos de aluguel, incorporem o arbítrio e golpeemos a liberdade de organização partidária.

As forças democráticas devem, ao tratar da reforma política, ter clareza da contra-reforma a combater, buscar o caminho da discussão e do entendimento com todos, formalizar tudo na Comissão Especial a ser urgentemente constituída, e sobretudo não devem perder de vista que a articulação prioritária é com os aliados de maior proximidade política e ideológica.

*deputado federal PCdoB/BA, membro do Comitê Central



Arantes: nova política

Êxito em Goiânia

O deputado Aldo Arantes (PCdoB/GO) ressaltou na Câmara Federal que, apesar da tentativa de institutos de pesquisa de manipular o resultado do primeiro turno contra o deputado e candidato à prefeitura de Goiânia, Pedro Wilson (PT/GO), a oposição chegou vitoriosa ao segundo turno, com maioria dos votos.

"Isto reflete na sociedade um tipo diferente de fazer política, além dos problemas municipais, locais, sua política é comprometida com a ética", ressaltou. Ele lembrou que, no segundo turno, criou-se uma situação diferente, onde todas as forças políticas apoiaram a candidatura de Pedro Wilson e, do outro lado, do concorrente, apenas os mesmos que o apoiaram no primeiro turno. "Chegamos ao segundo turno com 67% de aceitação popular. Eleição se ganha após a verificação das urnas. Disseram que a nossa coligação virou balaio de gato. Não é verdade. Mantivemos a mesma unidade para a próxima etapa", destacou o deputado comunista.

ELEIÇÕES

ONDA VERMELHA

TUCA SIQUEIRA

O linda quer, Recife chama: João Paulo e Luciana!!!” – refrão agitado na campanha do segundo turno nas duas principais cidades da Área Metropolitana – era repetido pela multidão em festa pela vitória de João Paulo (PT), na praça do Marco Zero, no bairro do Recife Antigo, e a 10 quilômetros dali, na avenida Marcos Freire, defronte ao comitê da prefeita eleita Luciana Santos (PCdoB). Duas vitórias conquistadas com muita luta frente à poderosa coligação de centro-direita liderada pelo governador Jarbas Vasconcelos. No Recife, por uma diferença de exatos 5.835 votos; em Olinda por 9.617 votos.

Um novo ciclo se inicia na cena política pernambucana, a partir do fortalecimento do campo oposicionista, democrático e popular, em que se destaca o núcleo formado pelo PT e PCdoB; e do enfraquecimento da aliança PMDB-PFL-PSDB, que tem no governador Jarbas Vasconcelos o principal derrotado. Dos seis principais colégios eleitorais do Estado, o governador venceu em apenas duas cidades – Paulista e Caruaru –, perdendo no Recife, em Olinda, Jaboatão e Petrolina. Das 14 cidades da Área Metropolitana, em 11 foram eleitos prefeitos de oposição ao governador, contra apenas três que integram a sua base de sustentação. Fernando Rodovalho (PSC), prefeito eleito de Jaboatão dos Guararapes, de feição conservadora, derrotou por larga margem o candidato Ulisses Tenório (PSDB), apoiado pelo governador.

Dentre os oposicionistas, destacam-se, além de João Paulo no Recife e Luciana Santos, em Olinda, Fernando Bezerra Coelho, em Petrolina, e Elias Gomes, no Cabo de Santo Agostinho, ambos do PPS, e Paulo Santana, do PT, que se reelegeu em Camaragibe, cidade vizinha ao Recife.

Cidade vermelha

“E o Recife amanheceu vermelho e anoiteceu vermelho. Vermelho, cor do manto de esperança que cobre a cidade, erguido pelos braços de milhares de homens e mulheres que se levantaram em combate e conquistaram a vitória”, proclamou Luciano Siqueira (PCdoB), vice-prefeito eleito pela Frente de Esquerda. “Esta vitória é a vitória de uma cidade rebelde e de um povo heróico, que em séculos de história jamais se deixou dobrar diante da força dos poderosos”, acentuou João Paulo, ovacionado pela multidão que



João Paulo, o novo prefeito de Recife, é carregado pela multidão após a divulgação de sua vitória

ocupava a praça do Marco Zero e ruas adjacentes, numa festa de alegria e emoção. Era o coroamento de um dia de luta, em que mais de 20 mil ativistas trajando camisas vermelhas ocuparam os principais pontos de concentração eleitoral da cidade. Militantes do Recife e de cidades vizinhas e do interior, mobilizados por prefeitos progressistas e por organizações populares e sindicais, como a FETAPE (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco).

Desde cedo a cidade estava tomada pela emoção. Nas ruas, formou-se uma verdadeira onda vermelha de entusiasmo. A garra dos militantes e voluntários que fizeram boca de urna foi decisiva para a vitória de João Paulo e Luciano Siqueira. No bairro de Casa Forte, por exemplo, a festa foi intensa durante todo o dia. Ali, o escritor Ariano Suassuna compareceu à praça principal, gritou palavras de ordem, dançou e cantou junto ao povo a canção de Capiba “Madeira que cupim não rói”, hino da tradicional agremiação carnavalesca Madeiras do Rosarinho. Como Ariano, inúmeros artistas, intelectuais, lideranças populares e parlamentares se confundiam com a militância num misto de caça ao voto e comemoração. Jamais se verificara, desde a histórica vitória de Arraes em 1986, tamanha mobilização de massas nas ruas da cidade, numa eleição marcada pela intensa polarização política.

No conteúdo e nos métodos

de campanha, o confronto direita versus esquerda foi a tônica da disputa eleitoral. A Frente de Esquerda centrou o seu discurso na vinculação de Roberto Magalhães ao governo FHC e no combate à sua administração, apontada como elitista, demagógica e incompetente. A campanha de Magalhães, por outro lado, caracterizou-se pela pregação de natureza fascista, tentando associar o PT à baderna e desqualificar o candidato João Paulo, ferindo a sua imagem de combatente das lutas populares. Promoveu até ato terrorista, como o que aconteceu no colégio público Florestan Fernandes, no último dia 19, no bairro do Ibura, onde jovens vestidos com a camisa da campanha da oposição utilizaram um carro de som para um discurso radical e depois estouraram uma bomba dentro do pátio escolar. No programa de TV, se tentou difamar a vida pessoal de João Paulo. Nas ruas, se distribuiu farta variedade de panfletos apócrifos, se disseminou boatos levianos – como a ameaça de desemprego generalizado em razão da suspensão de obras em andamento –, se ameaçou os funcionários da Prefeitura, obrigando-os a fazer atividades de campanha.

O secretário estadual da Saúde, Guilherme Robalinho, chegou a ser flagrado pela imprensa em reunião com agentes de saúde na qual concitava-os a participar da campanha do candidato do PFL. O próprio candidato – com fama de violento e emocionalmente instável

– que há meses atrás invadira armado a redação do *Jornal do Commercio* para agredir um jornalista, protagonizou atitudes arrogantes e desrespeitosas, como o gesto descontrolado do prefeito que deu “banana” aos militantes da oposição em plena campanha, na praia de Boa Viagem.

Durante todo o dia de domingo, verificou-se o confronto entre os “amarelos”, partidários

de Roberto Magalhães, em geral remunerados, e os “vermelhos”, da Frente de Esquerda, voluntariamente engajados na luta. Com nítida vantagem para os oposicionistas, mais ativos e entusiasmados, enquanto muitos boqueiros vestidos de amarelo chegavam a confraternizar com João Paulo e Luciano Siqueira, que percorreram a cidade em carro aberto e em

Radicalidade e amplitude

LUCIANO SIQUEIRA

As duas características marcantes da campanha eleitoral encetada pela oposição vitoriosa em Olinda e no Recife foram a radicalidade e a amplitude. Em ambas, desde o primeiro turno, João Paulo, no Recife, e Luciana, em Olinda, orientaram o gume do ataque para seus adversários, os prefeitos Roberto Magalhães (PFL) e Jacilda Urquiza (PMDB), vinculando-os ao governo FHC, de que são representantes locais, e denunciando o caráter antidemocrático e antipopular da administração que realizam. Quanto aos demais concorrentes, foram tratados como exércitos distintos que lutavam em diferentes trincheiras, porém do mesmo lado. Conduzida por uma ampla unidade de forças no segundo turno.

De fato, não apenas se conseguiu juntar todas as correntes

que se postavam na oposição, como se logrou atrair segmentos originariamente integrantes do campo adversário, notadamente os representados pelo deputado federal Salatiel Carvalho, dissidente do PMDB, importante liderança dos evangélicos ligados à Assembléia de Deus; e o deputado estadual João de Deus, vinculado à Igreja Universal e filiado ao PL. Em Olinda, José Arnaldo (PDT/PPS), Nivaldo Machado Filho (PSL) e Armando Sérgio (PRTB) apoiaram Luciana. No Recife, o senador Carlos Wilson, que se candidatara à prefeitura pelo PPS, com o apoio do PTB, Fred Brandt, do PSN, e Vicente André Gomes, do PDT, marcharam ao lado de João Paulo. Também setores do empresariado local estabeleceram diálogo e relações de apoio com os dois candidatos vitoriosos. A julgar pelo placar apertado das duas eleições, tal amplitude tática terá sido decisiva para a vitória. E

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

EM PERNAMBUCO

carreta das 8 às 17 horas. Após o anúncio do resultado, a multidão se dirigiu ao Marco Zero, a pé ou de automóvel, vinda de toda parte. E em delírio cantou a vitória até a manhã da segunda-feira.

Trabalhador prefeito

“Operário, pobre e mulato”, assim caracterizou o prefeito eleito do Recife, o ex-metalúrgico e líder sindical João Paulo, em manchete de primeira página o *Diário de Pernambuco*. De fato, João Paulo é o primeiro prefeito do Recife oriundo do movimento operário. Militante da Ação Católica Operária, desde 1972, resistiu à ditadura militar trabalhando como metalúrgico nas extintas indústrias Sobic e Produsa, ajudando a reorganizar o movimento sindical. Em 1984, elegeu-se presidente do sindicato, acumulando o cargo com a direção da Associação dos Moradores da UR-06, bairro da Zona Sul da capital, onde residia. Fundou a CUT estadual, que também presidiu por um mandato de dois anos. Em 1988, elegeu-se vereador pelo PT no Recife. Dois anos depois, chegou à Assembléia Legislativa, mandato que renovou duas vezes com a maior votação no Estado e no Recife, sempre vinculando a sua atuação aos movimentos populares. Chegou a disputar a prefeitura de Jaboatão dos Guararapes em 1992, e em 1996 chegou em terceiro lugar na disputa pela prefeitura do Recife, com quase

17% dos votos.

Recado ao governo federal

Logo após o anúncio do resultado do pleito, o prefeito eleito João Paulo concedeu entrevista coletiva no comitê da Frente de Esquerda, em que revelou suas impressões acerca da vitória e dos desafios que terá à frente do poder executivo da capital. Sobre a pequena margem com que superou o adversário, considera que “Recife está dividido ao meio, mas vamos realizar um grande governo, capaz de superar essa divisão.” Disse que espera encontrar a Prefeitura numa situação financeira sem um grande endividamento: “Até onde sei, a Prefeitura paga entre 2% e 3% do que arrecada com a dívida do município. Isso é suportável.” Sobre a composição do futuro governo, assegura que “não vamos fazer nenhum loteamento dos cargos. Vamos escolher os melhores quadros.” Espera estabelecer um relacionamento produtivo com a Câmara dos Vereadores, onde não terá maioria: “Vou sentar e negociar com todos os vereadores que fazem oposição. Já fui vereador e acho que isso pode facilitar as negociações.” Acredita que “o resultado destas eleições dá um certo recado ao governo federal. Ele precisa repensar a política econômica e acabar com essa subserviência ao capital internacional. O povo mostrou que não está satisfeito.”



Luciano, vice-prefeito: gestão democrática, ampla e plural

será indispensável para governar, em função da correlação de forças políticas em âmbito nacional e estadual que não se inverteu ainda.

A idéia está presente na concepção de gestão democrática, ampla e plural que tem sido reafirmada tanto por Luciana como por João Paulo, em entrevistas concedidas após o pleito. Combater com firmeza e deter-

minação o governo FHC e seus aliados, e ao mesmo tempo unir as mais diferentes correntes políticas e sociais em torno do objetivo imediato – no caso a conquista do poder local –, são aspectos distintos mas não contraditórios de uma orientação consequente.

*presidente do PCdoB/PE e vice-prefeito eleito do Recife

Hans V. Manneufel/UC



Luciana, do PCdoB, angariou amplo apoio para garantir o êxito no segundo turno

A primeira prefeita comunista

A eleição da deputada estadual Luciana Santos (PCdoB) para a Prefeitura de Olinda, com 52% dos votos válidos contra os 47% obtidos pela atual prefeita Jacilda Urquiza (PMDB), representa outra grande vitória das forças democráticas de Pernambuco, com destaque para o Partido Comunista do Brasil. Um feito histórico. Luciana torna-se a primeira mulher comunista a governar um município pernambucano, 53 anos depois que o médico comunista Manoel Rodrigues Calheiros governou Jaboatão dos Guararapes. “Essa vitória expressa a vontade de mudança da população. Eles diziam que nossa eleição era um sonho. Mas um sonho quando é coletivo se torna realidade. Vamos reconstruir Olinda”, discursou Luciana para a multidão que se aglomerava defronte ao seu comitê, na orla de Olinda, em clima de intensa alegria.

Luciana conquistou o voto e a confiança de diversos eleitores como uma candidata jovem e cheia de novas propostas para Olinda. Enfrentou árdua batalha, sendo alvo de toda sorte de ataques, os mais torpes, de caráter anticomunista, através de panfletos apócrifos. Em debate na TV Tribuna, às vésperas do pleito, responsabilizou publicamente a prefeita Jacilda Urquiza pela propaganda de baixo nível.

A campanha de Luciana combinou o combate ao governo FHC à administração caótica e corrupta de Jacilda Urquiza. Apresentou propostas para a cidade formuladas através de inúmeras reuniões envolvendo lideranças populares, quadros partidários e técnicos.

Militante comunista há mais de 10 anos, é engenheira, foi líder estudantil e vice-presidente da UNE, além de deputada estadual por dois mandatos. A vitória de Luciana Santos significa uma contribuição direta para a ampliação da atuação do PCdoB nas cidades brasileiras. É a certeza de um crescimento do desejo de uma sociedade socialista.

Resposta à arrogância

Na sede da TV Viva, Luciana Santos, ainda transbordando entusiasmo pela vitória conquistada, concedeu entrevista coletiva. Para ela, um dos primeiros problemas políticos a enfrentar será o relacionamento com a Câmara Municipal, onde dos 21 vereadores apenas oito apóiam o novo governo: “Há uma tradição na Câmara de Olinda dos vereadores acabarem incorporando todos os projetos do Executivo que sejam do interesse da população. Por isso, enxergo a composição do Legislativo com muita tranquilidade,

porque queremos apresentar apenas propostas que representem ganhos para o povo”. Entende que muitos problemas que afligem os olindenses merecem tratamento metropolitano, daí a sua disposição de trabalhar integrada com prefeitos da Região Metropolitana do Recife, principalmente nas questões ligadas a transporte coletivo e abastecimento d’água. Disse ainda que “os grandes derrotados desse pleito foram o governador Jarbas Vasconcelos (PMDB), que apoiava Jacilda, e o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Essas forças políticas procuraram impor um pacote para a Região Metropolitana. E o resultado da eleição (com o governador derrotado nas três maiores cidades do Estado) dá uma resposta a essa arrogância. Em nível nacional, a população também rejeitou a forma arcaica de fazer política, que privilegia o capital especulativo”, disse. Mas pretende estabelecer “uma boa relação institucional” com o governo do Estado.

Mulher, jovem e do PCdoB

Luciana é engenheira, foi vice-presidente da UNE, atuou no movimento dos cara-pintadas contra Collor. Presidiu o Ipem, Instituto de Pesos e Medidas e a Comissão de Cidadania da Assembléia Legislativa.

Luciana é a deputada estadual mais atuante de Pernambuco. Instituiu a meia-entrada para os idosos, o Dia da Consciência Negra e as indenizações para ex-presos políticos. Lançou a campanha pelo Fora FHC e liderou a oposição à atual prefeita de Olinda.

Em Olinda, Luciana lutou pela legalização da posse da terra. Apresentou projeto redefinindo os limites do Município na Cidade Tabajara e defendeu a formação da Comissão Parlamentar para acompanhamento da degradação do Sítio Histórico de Olinda.

A deputada também propôs emendas ao Orçamento do Estado exigindo mais verbas para o abastecimento d’água e denunciou a tentativa de desmantelamento do Sistema Único de Saúde (SUS) de Olinda.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

MOVIMENTO

A CPI CBF-Nike

ALDOREBELO*

A Lei Pelé estabelece que o futebol é patrimônio cultural do Brasil e tem fins educativos. Os últimos acontecimentos não têm nada de educativos. Assistimos, dentro e fora do campo, a uma onda de escândalos - que vão além das trapalhadas dos cartolas e das acusações de irregularidades na administração dos clubes e da Seleção. Mas o grande escândalo a ser investigado pela CPI da CBF-Nike é a crise sem precedentes na técnica, na estrutura, na organização e, sobretudo, nos resultados do melhor futebol do mundo.

A CPI da CBF-Nike será um instrumento de avaliação e de transformação desta realidade. Queremos saber por que, com tantas qualidades, chutamos a bola pra fora. Temos os melhores jogadores, uma torcida participante, construímos os maiores estádios, ganhamos quatro Copas do Mundo. Mas a Seleção dá vexame nas Olimpíadas e sua friagem para classificar-se,

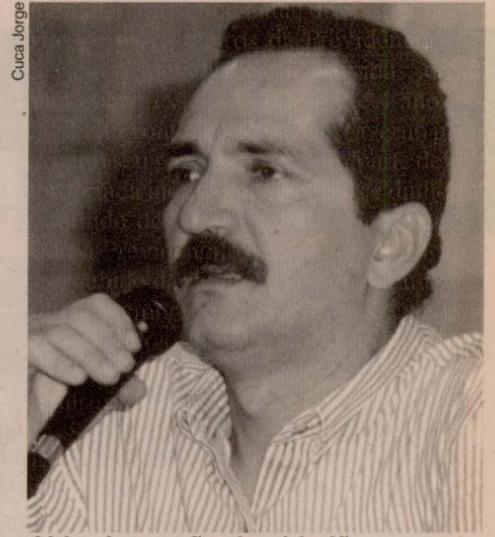
nas eliminatórias, para a Copa de 2002. Os grandes jogadores estão no exterior. Os estádios, vazios. Os clubes reclamam de dificuldades financeiras, os jogadores queixam-se do calendário estafante e desumano, que os torcedores nem conseguem acompanhar porque seus times às vezes participam de cinco competições.

Paradoxalmente, o futebol nunca movimentou tantos recursos. Hoje, tudo é vendido e comprado, tudo tem patrocínio: a Seleção, o time, o jogador, a bola, a chuteira, a transmissão, o campo. Os contratos têm cifras de Hollywood. Movimentam-se milhões e milhões na venda de atletas, na licença de marcas, na venda de placas em estádios, nos contratos com a TV. No entanto, esta corrente milionária não fez o esporte melhorar. É hora de investigar se o esporte não está sofrendo uma excessiva mercantilização no Brasil.

Preocupa-nos a friagem dos patrocinadores, que entram e saem de clubes como compram e vendem ações na Bolsa de Valores. Agora mesmo, a Parmalat, que

tanto ajudou o Palmeiras, afasta-se do clube. Há episódios de capitalismo selvagem, como o da Nestlé, que financiou equipe de vôlei em Jundiaí (SP), rebatizou-a com o ridículo nome de Leite Moça e, sem compromisso com a comunidade, simplesmente desfez o time também sem dar satisfação aos torcedores. O tenista Guga quase fica fora das Olimpíadas de Sydney porque seus patrocinadores demoraram a chegar a um acordo com o mecenas do Comitê Olímpico. O patrocínio é necessário e bem-vindo, mas como tratar o efeito desordenador que está produzindo nos campos e nas quadras?

Para dar uma resposta construtiva a essas questões, a CPI da CBF-Nike terá uma pauta abrangente. Vai apurar toda e qualquer irregularidade em clubes, na Seleção ou nos tribunais esportivos. Mas fará um diagnóstico das causas profundas da crise e do impasse atual do futebol brasileiro e, acima de tudo, dará respostas e saídas. O esporte será tratado como um bem nacional, além dos interesses finan-



Aldo: formação do cidadão

ceiros e nesse sentido não pouparemos o Poder Público de suas responsabilidades. É preciso que a prática esportiva seja encarada além do universo profissional, em virtude do importante papel que desempenha na formação do cidadão.

*deputado federal (PCdoB/SP)
e presidente da CPI da CBF-Nike

Neoliberalismo resulta no aumento da miséria

CARLOSPOMPE

O domínio do neoliberalismo, a superexploração sem peias de contingentes cada vez maiores por um reduzido número de magnatas, está resultando no aumento da miséria no mundo. O relatório do Banco Mundial constata: 1,2 bilhão de pessoas ganham menos de US\$ 1 por dia, apesar da prosperidade recorde do planeta. "O crescimento econômico não é o bastante", confessa Nora Lustic, diretora do Relatório de Desenvolvimento Mundial. *Atacando a Pobreza*, o estudo do Banco Mundial de 332 páginas, é considerada a mais detalhada investigação do banco sobre a pobreza mundial.

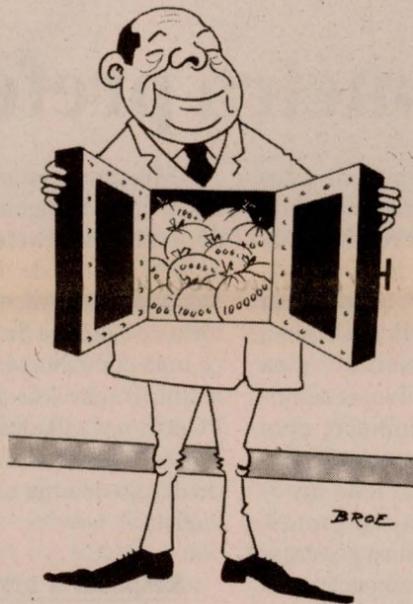
Quase metade da população - 2,8 bilhões de pessoas - da Terra ganha menos de US\$ 2 por dia. No Leste Europeu e na Ásia Central o número de pobres multiplicou-se por 20 desde a queda do socialismo. Na África Subsaariana e Sudeste Asiático a pobreza também está aumentando. Segundo o relatório, no Extremo Oriente, o número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 por dia caiu de 420 milhões em 1987 para 280 milhões em 1998.

Aumento dos destituídos

Na América Latina, a porcentagem de pobres mantém-se em torno de 15,6% da população, mas o número absoluto de destituídos aumentou de 63,7 milhões em 1987 para 78,2 milhões em 1998. O índice de pobreza relativa, que leva em conta as diferenças entre ricos e pobres, da América Latina é pior que o da África: em 1998, 51,4% da população respondia por menos de 30% do consumo nacional médio de 1993, comparados com 50,5% na África negra, 40,2% no sul da Ásia e 32,1% da média mundial.

A distribuição da riqueza é muito desigual. A renda média nos 20 países mais ricos do mundo é 27 vezes maior que a dos 20 países mais pobres, uma distância que ficou duas vezes maior nos últimos 40 anos - período de predomínio das políticas neoliberais.

O trabalho redefine a pobreza. O Banco Mundial afirma que a pobreza também deve ser definida em termos de "impotência política, inexistência de canais de expressão, vulnerabilidade e medo". Os governos precisam fortalecer a capacidade dos pobres de moldarem as próprias vidas



e eliminar a discriminação baseadas em gênero, raça e status social. Cabe aos governantes também garantir-lhes segurança, saúde e reduzir o desemprego e impacto dos choques econômicos.

Donos do mundo

A *Forbes Magazine*, de 1997, e o *Informe sobre Desenvolvimento Humano 1998* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento estimam que os 225 habitantes mais ricos do mundo têm uma riqueza combinada superior a um bilhão de dólares, igual aos ganhos anuais dos 47% mais pobres da população mundial. Essa riqueza fantástica é a contraparte do aumento da pobreza absoluta. As três pessoas mais ricas têm ativos que superam o PIB (Produto Interno Bruto) combinado dos 48 países menos desenvolvidos. As quinze pessoas mais ricas têm ativos que superam o PIB total da África ao sul do Saara. A riqueza das 32 pessoas mais ricas supera o PIB total da Ásia meridional. Os ativos das 84 pessoas mais ricas superam o PIB da China, o país mais povoado, com 1,3 bilhão de habitantes.

Outro contraste surpreendente é a riqueza das 225 pessoas mais ricas em comparação com o que é necessário para garantir o acesso universal aos serviços sociais básicos para todos. O custo para garantir e manter acesso universal ao ensino básico para todos, atendimento básico de saúde para todos, atendimento à maternidade para todas as mulheres, alimentação

suficiente para todos e água potável e saneamento para todos é aproximadamente de 44 bilhões de dólares por ano. Isto é inferior a 4% da riqueza somada das 225 pessoas mais ricas do mundo. Os países industrializados têm 147 das 225 pessoas mais ricas do mundo e os países em desenvolvimento 78. A África tem só dois, ambos de África do Sul.

Analfabetismo brasileiro

No Brasil, o problema é agravado pelo alto índice de analfabetismo, que atinge 13,3% dos brasileiros maiores de 15 anos. Até o MEC admite que a situação é crítica. O analfabetismo representa desigualdade na busca de melhores empregos e salários, o que propicia um aumento ainda maior da miséria e do número de miseráveis. Embora a Constituição de 88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reconheçam que todo brasileiro, independentemente da faixa etária, tem direito ao ensino fundamental, 13,3% da população com 15 anos ou mais é analfabeta, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 99. Se o critério for a escolaridade, a taxa sobe para 14,4%: 15,1 milhões de pessoas nunca frequentaram a escola ou tem menos de um ano de escolaridade, segundo a contagem populacional do IBGE de 96, a última realizada.

Esse desempenho coloca o Brasil entre os sete países latino-americanos com taxa de analfabetismo superior a 10% - os outros são República Dominicana, Bolívia, Honduras, El Salvador, Guatemala e Haiti -, e levou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), a classificar a situação como "bastante crítica". Enquanto no Nordeste 18,4% da população nunca foi à escola ou a frequentou por menos de um ano, no Sul, a taxa é de 7,1%. O desempenho do Sudeste é pouco inferior ao do Sul, 7,8%. Quando se compara o Nordeste com Sul e Sudeste, percebe-se um aumento dos desníveis observados em 80. Naquele ano, a taxa de analfabetismo na população nordestina de 15 anos ou mais era 2,8 vezes maior do que a do Sul (45,4% e 16,3%, respectivamente). Em 96, a diferença triplicou-se para mais de três vezes. "A defasagem é tão grande que é difícil resolver o problema em curto prazo", diz o representante da Unesco no Brasil, Jorge Wertheim.

Os devedores da Previdência

VITAL NOLASCO*

A procuradoria Geral do INSS divulgou a lista das 200 maiores empresas devedoras da previdência. O total dos débitos em março era de R\$ 15.408.717.956,82. O maior devedor é a Transbrasil, com cerca de 600 milhões, seguido pela Encol, VASP, Caixa Econômica Federal, Cia. Vale do Rio Doce, Mendes Júnior, cada uma devendo em torno de R\$ 300 milhões. Fazem parte da lista a Volkswagen, com R\$ 67 milhões, a Mercedes Bens, com R\$ 71 milhões e tantas outras.

Quando da discussão sobre o valor do salário mínimo, que acabou ficando nos míseros R\$ 151,00 o governo de FHC veio a público dizer que se o valor do mesmo fosse a R\$ 171,00, como pretendia a oposição, a Previdência quebraria, pois iria acumular um déficit anual de R\$ 2 bilhões. Mas se os caloteiros da Previdência pagassem a metade de suas dívidas, daria para cobrir esse déficit durante 4 anos.

Falta vontade política ao governo para exigir o seu pagamento. Aliás, parte dela é apropriada indevidamente, pois é dinheiro recolhido dos trabalhadores e não repassado à Previdência. Se esse dinheiro fosse recebido daria também para dar um auxílio desemprego para 8 milhões de desempregados durante um ano, ou construir 750.000 casas populares a um custo unitário de R\$ 20 mil.

Se o governo de FHC agisse contra os caloteiros da mesma forma que age contra os trabalhadores, quando estes reivindicam melhores condições de vida não titubeando em reprimi-los usando de todas as formas possíveis, como fez em Porto Seguro/BA no dia 22 de abril, ou na avenida Paulista durante a greve dos professores, com certeza esses sonegadores já teriam restituído aos cofres da previdência o que lhe é devido e esse dinheiro poderia estar sendo usado para minorar um pouco o sofrimento de muitos brasileiros.

O movimento sindical não pode se calar diante de tanto descabro. Principalmente o movimento sindical classista. Há de ser feita uma campanha de conscientização e memória branca dessa dívida que não fique usando-a para barganhas políticas.

*da Direção Nacional do PCdoB

INTERNACIONAL

Comunistas uruguaianos comemoram 80 anos do PC

O Partido Comunista do Uruguai comemorou em grande estilo o seu 80º aniversário, transcorrido em outubro. No dia 21 de outubro, o Palácio Peñarol, local onde tradicionalmente se realizam grandes manifestações políticas em Montevideu, foi pequeno para abrigar uma alegre e combativa militância, que ocorreu em peso para assistir ao ato político e cultural dedicado ao aniversário do Partido.

O Partido Comunista Uruguai é um dos mais antigos partidos revolucionários das Américas. Surgiu sob o influxo do auge revolucionário na Rússia de Lenin e sob a égide da III Internacional. Desempenhou, ao longo desses 80 anos, papel destacado na vida do seu país e contribuiu com as causas internacionalistas. Sua secretária-geral, a senadora Marina Aris-



O ato de aniversário do PCU reuniu milhares de pessoas

mendi, destacou em seu discurso perante as milhares de pessoas presentes que o Partido Comunista existe e permanece porque é necessário. Ela descreveu a heróica trajetória de

luta dos comunistas uruguaianos, sua participação nas brigadas internacionalistas da Guerra Civil Espanhola, o papel de vanguarda do PC na formação da unidade da esquerda uruguiaia, que

resultou na criação da Frente Ampla, em 1971, hoje a maior agremiação política do país, e a resistência à ditadura (1973-1984). O ato contou com a presença do intendente de Montevideu, Mariano Arana, e do presidente da Frente Ampla, Tabaré Vázquez, que nas últimas eleições presidenciais foi o candidato mais votado no 1º turno, perdendo no 2º turno devido à aliança entre os conservadores partidos Blanco e Colorado. Tabaré fez o elogio do Partido Comunista e ressaltou o seu papel construtivo na Frente Ampla. Diversas forças sociais, sindicais e partidárias estiveram presentes no multitudinário ato. A representação internacional foi constituída por delegações dos partidos comunistas de Cuba, Paraguai, Argentina, Chile e Brasil (PCdoB e PCB).

Revolução com a nossa cara

ALDANNY REZENDE*

A União da Juventude Socialista (UJS) lançou em CD uma coletânea de rap chamada **Revolução com a nossa cara**, reunindo 14 grupos de Belo Horizonte, São Paulo, Campinas, Ribeirão Pires, Santo André e Salvador.



As letras falam do cotidiano da juventude das periferias brasileiras, das mazelas que o capitalismo impõe à sociedade e apresenta a luta por justiça e pela revolução socialista como alternativas para o povo brasileiro.

O rap no Brasil

O movimento Hip Hop (junção da dança break, dos grafites, do rap e dos Djs) surgiu na Jamaica e ganhou as ruas dos guetos norte-americanos, chegando em meados dos anos 80 ao Brasil. Existem hoje várias vertentes no rap nacional, entretanto as principais correntes retratam o dia a dia da juventude na periferia e denunciam com veemência o sistema capitalista como responsável pela situação em que vivemos. A letra da música "Ei presidente" do CD CPI da Favela do compositor do Distrito Federal GOG fala do governo FHC e do FMI denunciando-os como os responsáveis pelo caos social que passa o Brasil e do desmantelamento do Estado nacional.

Na maioria das grandes cidades, o rap está entre os estilos culturais mais escutados nas periferias e diversos grupos do movimento tem atingindo, mesmo longe da mídia, uma repercussão formidável e uma vendagem considerável, mantendo viva a rebeldia característica do movimento.

UJS e a juventude da periferia

Antenada com este movimen-

to, a UJS foi uma das organizadoras do 2º Encontro da Juventude Negra e Favelada em Belo Horizonte

em 98 e do Grito da Periferia em Americana. Começou a atuar junto a diversos grupos de rap e agora grava o CD de forma totalmente independente. Os frutos já começam a ser sentidos com a aproximação e filiação de dezenas de grupos de Hip Hop, em vários Estados, à entidade.

A UJS estará realizando no final de novembro o Grito da Periferia, um evento que reunirá a militância da UJS de todo o Brasil para debater a inserção nas periferias e discutir os problemas do dia a dia da juventude, apresentando política pública específica para este segmento da população.

O CD já é também um sucesso no movimento. Páginas da Internet especializadas tem noticiado o CD. "Essa tão esperada coletânea da UJS traz grupos novos e ótimas propostas para um Brasil melhor diz o www.realhiphop.com.br. Diversas rádios tem tocado músicas do CD em São Paulo, Campinas, Contagem e Belo Horizonte. Importantes membros do movimento Hip Hop saúdam o pioneirismo da UJS como a primeira organização social no Brasil a lançar uma coletânea deste tipo.

Os CDs podem ser adquiridos através da direção nacional da UJS e está sendo vendido a preço de custo para as direções estaduais da entidade. A UJS realiza também parcerias com sindicatos, empresas, ONGs, movimentos sociais para a prensagem de mais exemplares, com o logotipo da parceria na capa do CD na edição. Maiores informações pelo telefone 11 3106-3415 ou na página eletrônica da UJS <http://www.ujs.org.br>.

*tesoureiro da UJS e membro da Comissão Nacional de Jovens do Movimento Popular de Bairros

Morre dirigente do PC dos Estados Unidos

Mensagem do PCdoB aos comunistas norte-americanos:

UJS/A

Queridos Camaradas:

Em nome da direção e da militância do Partido Comunista do Brasil – PCdoB –, transmitimos nosso sincero pesar pela morte do camarada Gus Hall, Presidente de Honra do Partido Comunista dos EUA, ocorrida em 16 de outubro.

O camarada Gus Hall deixou marcas profundas em todos os comunistas norte-americanos. Como seu maior líder, deu

uma importante colaboração ao movimento operário e comunista no século 20. Dedicou-se a todas as grandes lutas sociais nos EUA, contribuindo para a conquista de direitos sociais e democráticos no seu país.

Recebam nossas condolências.

José Reinaldo Carvalho, secretário de Relações Internacionais; João Amazonas, presidente.

ASSINE



A CLASSE OPERÁRIA

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP
Tel. 0__11 3104-4140 Correo eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

15 edições = R\$ 15,00

Pagamento:

Cheque nominal
 Dinheiro
 Vale postal nº

Cartão nº
 Validade
 Depósito na conta Ag.0251
 C/C 48676-7, Banco Itaú

Nome:	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP	Estado:
Data de nascimento: / /	
Tel.: ()	
Profissão:	
Correio eletrônico:	
Data da assinatura: / /	



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A mensagem do PCdoB

Queridos camaradas dirigentes e militantes do Partido Comunista do Uruguai.

É com imensa satisfação que nos dirigimos a todos vocês, em nome do Partido Comunista do Brasil, para sauda-los pela passagem do 80º aniversário da fundação do Partido Comunista do Uruguai. Esta comemoração alegre não apenas os corações dos militantes do PCU, mas também cada trabalhador da cidade e do campo compartilha com vocês a passagem deste aniversário, porque a trajetória desse partido ao longo destas oito décadas foi marcada pela luta heróica em prol dos direitos dos trabalhadores, da democracia e do socialismo. Alegria também os povos e partidos comunistas latino-americanos que se acostumaram a identificar na atividade do Partido Comunista do Uruguai o internacionalismo e a solidariedade ativa com os povos em luta.

O Partido Comunista do Uruguai surgiu sob o influxo do maior acontecimento revolucionário do século XX – a Revolução Socialista de Outubro, na Rússia, sob a égide do partido bolchevique e do grande Lenin. Naquela distante década de 20, quando foi fundado o Partido Comunista do Uruguai, estendia-se a influência marcante da Internacional Comunista, que aglutinou os comunistas de todo o mundo e impulsionou o desenvolvimento da organização comunista nos cinco continentes.

Ainda hoje, depois que o oportunismo grassou nas fileiras do movimento comunista e a traição revisionista levou à liquidação do socialismo na URSS e nos países do Leste europeu, o Partido Comunista do Uruguai empunha bem alto a defesa dos ideais revolucionários que inspiraram sua criação, impulsionando no sul da América a luta pelo socialismo científico.

Bravo combatente contra os governos oligárquicos e as ditaduras militares, o PCU aprendeu ao longo da sua experiência a valorizar a unidade das forças progressistas como meio para isolar politicamente as classes dominantes retrógradas e o imperialismo, o que se traduz na sua ação pioneira que resultou na criação da Frente Ampla, hoje uma das mais fortes e respeitadas organizações unitárias de esquerda de toda a América Latina.

O Partido Comunista do Brasil orgulha-se de estar lado a lado com o PCU na luta antiimperialista e pelo socialismo na AL e em todo o mundo. Ao reiterar nossa saudação pela passagem do 80º aniversário do Partido Comunista do Uruguai, reafirmamos o nosso empenho em reforçar os laços de amizade entre os nossos dois povos e partidos.

Viva o Partido Comunista do Uruguai!

Viva a unidade antiimperialista dos povos latino-americanos!

Fraternamente,
José Reinaldo Carvalho, secretário de Relações Internacionais;
João Amazonas, presidente

INTERNACIONAL

A farsa trágica de Belgrado

MIGUEL URBANORODRIGUES

As imagens vindas de Belgrado na primeira semana de outubro impressionaram a humanidade. As multidões nas ruas, os choques com a polícia, o assalto ao Parlamento, os brados de vitória que subiam daquelas avalanches de povo levaram centenas de milhões de pessoas em todos os continentes a aceitar a opinião de que na Iugoslávia se produzira uma ruptura revolucionária.

Tal não aconteceu. As cenas transmitidas de Belgrado eram o prólogo de um processo de significado contra-revolucionário que abriu as portas do governo a forças reacionárias e cujo desfecho ficará a assinalar a recolonização da Sérvia e a destruição do último Estado que nos Bálcãs mantinha uma relativa independência.

A dificuldade de entender os acontecimentos da Iugoslávia resulta de condições que, pela extrema complexidade, permitem neste momento ao imperialismo, através do controle hegemônico da informação, impor ao mundo uma versão perversa do que ali se passou.

Duas situações proporcionam argumentos fortes aos que identificam no desfecho das eleições iugoslavas uma vitória da democracia. Em primeiro lugar, a inegável participação do povo, incluindo parte do setor mineiro, na movimentação das massas que exigiam a proclamação de Vojislav Kostunica como vencedor das eleições.

Em segundo lugar, temos o isolamento de Milosevic. Os que nele votaram não saíram às ruas para o defender. Contra a direita, um dirigente que durante anos afirmou ser comunista e ainda declarava assumir valores e princípios da esquerda não conseguiu mobilizar as forças progressistas do país.

Sob certos aspectos, o outubro iugoslavo é uma esclarecedora lição de história. Nos clássicos do marxismo encontramos ensinamentos que nos ajudam a compreendê-la.

1. A participação das massas como fenômeno social não é definidora de uma ruptura revolucionária. O que define o caráter e o rumo de um processo no qual as massas desempenham um papel decisivo não é a adesão destas, em si mesma, mas a ideologia daqueles que comandam o processo e utilizam em benefício dos seus objetivos o seu potencial de intervenção, fazendo delas o instrumento da vitória. A direita, em determinadas circunstâncias, também consegue mobilizar o povo ao serviço de estratégias incompatíveis com os seus interesses. Tivemos exemplos disso na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler.

2. Slobodan Milosevic tinha perdido há muito o apoio popular. Enquanto a guerra durou, o povo permaneceu unido. A monstruosidade da agressão estrangeira, ideada e comandada pelos EUA e apoiada pelos seus aliados da Europa Unida, levou Milosevic a interpretar erradamente a indignação do povo sérvio e a firmeza e dignidade com que iniciou a reconstrução do país como indicio de uma aceitação da sua política.

Privatizações

Milosevic não agiu no poder como um comunista, e praticou, sobretudo no último ano, uma política econômica marcada por concessões transparentes ao figurino neoliberal. Afirmar que a Iugoslávia era um país socialista foi não apenas uma grosseira mentira, como uma arma da propaganda imperial. A sobrevivência de um po-

deroso setor estatal na economia iugoslava permitiu muita confusão. O que definiu o rumo da política econômica de Milosevic, nos últimos anos, foram precisamente as privatizações. Longe de defender o setor empresarial do Estado, submeteu-se às pressões dos que exigiam o seu desmantelamento gradual. Alguns exemplos: a entrega à Telecom Itália e à OTE grega de parcela importante das telecomunicações; e a empresas britânicas e francesas de parte da indústria do cimento.

Nas vésperas da guerra, o governo estava, aliás, a negociar a venda na bolsa de Londres de ações da grande usina petroquímica de Pancevo, semi destruída depois pelos bombardeamentos. As refinarias de açúcar já haviam sido vendidas a empresas estrangeiras. Bastava um passeio pelas ruas de Belgrado para se captar a evidência: a Iugoslávia era já a caricatura de uma sociedade socialista.

Na administração, a guerra trouxe um alastramento da corrupção. O governo não compreendeu que a grande vaga de patriotismo levantada pela covarde agressão que visava a destruição da Sérvia era transitória. Não podia manter-se num contexto em que o poder, longe de tentar resolver alguns dos problemas mais urgentes, adotava uma política sinuosa, autoritária, de recorte bonapartista, distanciada das massas. Em vez de ampliar a sua base de sustentação, aumentou o número de descontentes.

Num contexto ainda mais desfavorável, Milosevic repetiu o erro cometido na Nicarágua. Convocou as eleições convencido de que sairia delas vencedor.

Esqueceu em primeiro lugar uma lição histórica que é quase uma lei da política. Com raríssimas exceções (Cuba) o povo algum resiste por muito tempo a situações de prolongada e dura escassez quando não há perspectivas de superação das mesmas no âmbito do sistema de poder que forças exteriores poderosas pretendem destruir e essas forças lhe acenam com promessas maravilhosas.

Na Nicarágua foi o voto da barriga, da miséria, que permitiu a eleição de Violeta Chamorro. Os nicaraguenses não votaram por ela; votaram pelo fim da guerra não declarada que os EUA mantinham contra os sandinistas e, portanto, contra o povo. Daniel Ortega e a direção da FSLN não souberam avaliar a situação criada, nem as suas conseqüências.

O paralelismo com a Nicarágua esgotava-se no tocante ao dilema que os eleitores enfrentavam. Isso porque Milosevic, como ator político, não pode situar-se ao nível dos homens que levaram à vitória a revolução sandinista (embora posteriormente muitos deles tenham sido arrastados pelo vendaval da restauração da velha ordem neocolonial e oligárquica). O iugoslavo não merece o respeito ético que os vencedores de Somoza inspiraram.

Mas também na Iugoslávia o peso do cerco foi decisivo para o voto. Os padrões de vida da população tinham caído drasticamente. As sanções multiplicavam as carências, tornando a vida quotidiana cada vez mais intolerável. Que perspectivas de saída num país bloqueado onde até o petróleo entrava como contrabando? O con-



Manifestantes ocupam Parlamento

traponto do pesadelo – um presente sem esperança – era o dilúvio de promessas dos agressores. EUA e União Européia anunciavam o paraíso.

Conquista do poder

O que surpreende nas eleições iugoslavas não é tanto a grande votação obtida por um político reacionário como Kostunica. Os milhões de votos que num contexto tão desfavorável Milosevic conseguiu receber suscitam talvez mais espanto. Na realidade a maioria desses elei-

tores não votou por ele, mas contra o candidato dos agressores, votou pela independência da Sérvia, pronunciando-se contra a intervenção estrangeira.

Os fatos deixam nua, bem iluminada, a grande farsa da “revolução democrática”.

Em primeiro lugar, os 18 partidos da oposição coligados não conseguiram maioria no Parlamento. Por si só esse resultado encerra muitas lições, que transcendem o confronto Kostunica-Milosevic. Nos dois dias seguintes à proclamação dos resultados provisórios, o povo de Belgrado permaneceu relativamente distanciado da batalha política que se travava entre governo e oposição, não obstante a baixa votação obtida por Milosevic na capital. A intervenção das massas, decisiva, porque imobilizou o Exército, produziu-se a partir da periferia, ou seja das províncias para o centro. A resposta de Belgrado aos apelos à ação foi inicialmente muito débil. Segundo alguns observadores, a maioria dos 300.000 pessoas que tomaram as ruas da capital veio do interior do país.

É cedo para se ter uma idéia clara sobre a organização e a direção do assalto ao Parlamento. Mas as notícias sobre as destruições ali praticadas e o roubo de 150 quadros e obras de arte parecem dar razão ao comentário do russo Ziuganov: “aquilo cheira a delinquência, marijuana e dólares”.

Slobodan Milosevic já havia caído do carro da história antes das eleições. Mas o reconhecimento da sua dramática incapacidade para responder ao que o heróico povo sérvio tinha o direito de esperar dos responsáveis pelo Estado numa situação que parece extraída de uma tragédia grega – essa falência de Milosevic não tem o poder de encobrir o mar de lama, perversidade e dinheiro que envolveu a subida à Presidência de Vojislav Kostunica.

Programa da capitulação

Se algumas dúvidas subsistiam sobre o que se pode esperar de uma Sérvia (porque da Iugoslávia nada vai sobrar) governada pelo político que assumiu a Presidência, a simples leitura do programa apresentado durante a campanha acabaria com elas. Kostunica e os mais destacados líderes da antiga oposição, Zoran Djindjic e Zarko Korac, defendem a liberalização total do comércio, as portas escancaradas ao capital estrangeiro, as privatizações maciças e rápidas. Pode-se afirmar que tais medidas se integram numa política de aproximação das economias dos países da União Européia. Mas um pequeno mas decisivo pormenor estabelece a diferença e ajuda a compreender o perfil

da sociedade modelada pelo programa das “reformas econômicas” de Kostunica. A Sérvia adotará um sistema bimonetário no qual o marco alemão circulará como moeda legal ao lado do dinar. Que mais dizer?

Pobre Sérvia onde a política de vassalagem perante a Alemanha será reprodução daquela que no Equador gerou a insurreição dos comuneros índios contra a dolarização do sucre.

Intervenção sem máscara

É dos Estados Unidos que chegam as notícias mais completas e esclarecedoras sobre a profundidade da conspiração que preparou, com larga antecedência, a “transição da Iugoslávia para a democracia”. As agências noticiosas falam de um investimento direto superior a 30 milhões de dólares somente na campanha eleitoral de Kostunica. O *New York Times*, num artigo assinado por Steven Erlanger, na edição de 20 de setembro, entra em pormenores sobre o financiamento da “oposição democrática” sérvia, nomeadamente através de pagamentos a “jornalistas independentes e homens da rádio”. Revela também que diferentes iniciativas (incluindo comícios), em que intervieram funcionários do Departamento de Estado, foram promovidas no Montenegro e na Croácia para desacreditar e desestabilizar o governo de Belgrado. Em 1999 o orçamento federal dos EUA incluiu uma verba de 25 milhões de dólares para ajudar a “democratização da Sérvia”. Com o mesmo fim estava prevista para o próximo orçamento a quantia de 41,5 milhões.

Um documento do Congresso, datado de 29 de Julho de 1999, cita nominalmente dois funcionários norte-americanos, Robert Gelbard e James Pardew, a propósito de um encontro que mantiveram com o senador Joseph Binden, de Delaware. Discutiram em conjunto o projeto da criação de uma cadeia de estações de rádio na Bósnia e no Montenegro, envolvendo a Sérvia. Objetivo: emitir programas para aquele país em apoio à “democratização”. Custo: 16,5 milhões de dólares.

Cabe parafrasear Clausewitz, alterando a sua famosa fórmula. Desta vez seria “a economia é a continuação da guerra por outros meios”.

Por si só a ameaça norte-americana de uma nova agressão da Otan contra a Iugoslávia na hipótese de Milosevic ganhar as eleições conferiu transparência ao conceito de democracia que hoje norteia a política exterior dos EUA. As manobras militares promovidas por Washington na Romênia, na Croácia e no Adriático durante a campanha eleitoral constituíram outra intolerável modalidade de intervencionismo.

O jogo foi tão atentamente preparado que Clinton e Tony Blair apareceram na televisão para festejar os acontecimentos da Iugoslávia logo que foi divulgada a proclamação de Kostunica como presidente. A primeira fatia das sanções chegou ao fim. Para que não faltasse uma nota abjeta, a Rússia, por intermédio do ministro Ivanov, também se apressou a felicitar Kostunica, simulando não perceber que a Iugoslávia foi nos últimos anos o campo de ensaios da grande estratégia norte-americana que tem por objetivo desmantelar o Estado russo e reduzir a pátria de Lenin à condição de país periférico e secundário. Em Belgrado desceu o pano sobre a farsa trágica balcânica, inseparável da estratégia de dominação perpétua e universal dos EUA sobre o planeta Terra.

FORMAÇÃO

FICHA DE LEITURA

Que fazer? – Lenin

(Obras Escolhidas, V. 1, Alfa-Omega)

LORETA VALADARES

Capítulo III
Política Trade-Unionista e
Política Social-Democrata

■ Neste capítulo nota-se com muita ênfase o elemento ativo sempre presente em Lenin na formulação de conceitos e aspectos básicos para um programa de construção partidária, respondendo a questões concretas postas pela luta política e pelas condições históricas. Em síntese, Lenin:

- Demonstra a essência do conceito de *economicismo*
- Situa as diferenças entre *luta econômica e luta política*
- Caracteriza o conteúdo e o papel da *agitação e da propaganda*, estabelecendo seus diferentes níveis e alcance
- Define as bases da educação política revolucionária
- Explicita o conceito político de *vanguarda*

Alguns destaques do item
III c) As Denúncias
Políticas e a “Educação da
Atividade Revolucionária”
(trechos do texto)

- A consciência da classe operária não pode ser uma verdadeira consciência política se os operários não estão habituados a reagir contra *todos* os casos de arbitrariedade e opressão, de violências e abusos *de toda espécie, quaisquer que sejam as classes afetadas (...)*
- A consciência das massas operárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os operários não aprenderem, com base em fatos e acontecimentos políticos concretos e, além disso, necessariamente de atualidade, a observar *cada uma* das outras classes sociais *em todas* as manifestações de sua vida intelectual, moral e política.
- (...) estas denúncias políticas que abarcam todos os aspectos da vida são uma condição indispensável e *fundamental* para educar a atividade revolucionária das massas
- (...) não é muito inteligente dizer (...) que a tarefa dos social-democratas é imprimir à própria luta econômica um caráter político; isso não é mais do que um começo, não é a tarefa principal dos social-democratas, porque no mundo inteiro (...) *é a própria polícia quem, muitas vezes, começa a imprimir à luta econômica um caráter político*, e os próprios operários aprendem a compreender ao lado de quem está o governo.
- (...) a tarefa dos social-democratas não se limita à agitação política no domínio econômico; a sua tarefa é *transformar* esta política trade-unionista em uma luta política social-democrata, *aproveitar* os vislumbres de consciência política que a luta econômica fez penetrar no espírito dos operários para *elevantar* estes à consciência política *social-democrata*.

– O que distingue a luta econômica da luta política?
– Qual o alcance e o conteúdo da agitação e da propaganda?
– Qual a qualidade essencial da educação política revolucionária?
– A partir das respostas a estas questões e da leitura com atenção dos itens a), b) e c) deste capítulo você pode dizer qual o papel dos intelectuais no processo revolucionário?

Alguns destaques do item
III e) A Classe Operária
como Combatente de
Vanguarda pela Democracia
(trechos do texto)

- A luta econômica “leva” os operários a pensar unicamente nos problemas relacionados com a atitude do governo em relação à classe operária; por isso, *por mais que nos esforcemos* na tarefa de “imprimir à própria luta econômica um caráter político”, *nunca poderemos*, dentro dos limites de tal tarefa, desenvolver a consciência política dos operários (até o grau de consciência política social-democrata) porque *esses próprios limites são estreitos*.
- A consciência política de classe não pode ser levada ao operário *senão do exterior*; isto é de fora da luta econômica; de fora da esfera das relações entre operários e patrões. A única esfera em que se pode obter estes conhecimentos é na esfera de *todas* as classes entre si.
- Para levar aos operários conhecimentos políticos, os social-democratas devem *ir a todas as classes da população*, devem enviar *para toda a parte* destacamentos do seu exército.
- Devemos “ir a todas as classes da população” como teóricos, como propagandistas, como agitadores e como organizadores.
- (...) não basta intitular-se “vanguarda”, destacamento avançado: é preciso proceder de modo a que *todos* os outros destacamentos vejam e sejam obrigados a reconhecer que marchamos à cabeça.
- Só o partido que *organize* campanhas de denúncias realmente *dirigidas a todo o povo* poderá tornar-se, nos nossos dias, vanguarda das forças revolucionárias.
- Para chegar a ser uma força política (...) é necessário trabalhar muito e obstinadamente para *elevantar* o nosso grau de consciência, o nosso espírito de iniciativa e a nossa energia; para isso não basta colar o rótulo de “vanguarda” numa teoria e prática de retaguarda.
- (...) ampla agitação política multiforme (...) realizada por um partido que reúne, num todo indivisível, a ofensiva em nome de todo o povo contra o governo, a educação revolucionária do proletariado, salvaguardando ao mesmo tempo a independência política deste, a direção da luta econômica da classe operária e a utilização dos seus conflitos espontâneos com os seus exploradores, (...)

– Observe que o conceito de vanguarda é um conceito político e não se coloca acima da classe, nem significa ação do partido no lugar das massas (“substituísmo”, que é um risco real!)
– Sobre a discussão dos riscos do “substituísmo”, pesquise sobre a polémica entre Lenin e Rosa de Luxemburgo (veja indicações bibliográficas ao final das fichas)
– Relacione a concepção leninista de partido de vanguarda com a distinção feita por Marx e Engels entre proletários e comunistas no **Manifesto do Partido Comunista** (capítulo II)
– O que Lenin quer dizer com “consciência política que vem de fora da esfera das relações entre patrões e operários?”
– Recorde a discussão feita no capítulo I d) sobre o papel da luta teórica e compare os conceitos “teoria de vanguarda” e “partido combatente de vanguarda”.

Capítulo IV
O Trabalho Artesanal
dos Economicistas
e a Organização
dos Revolucionários

- Neste capítulo Lenin aprofunda a crítica às concepções estreitas dos economicistas não só no terreno da política, mas também no da organização. Aqui, partindo de condições históricas concretas, Lenin fornece as indicações básicas para a construção de um partido revolucionário de combate.
 - No item IV c) – *A Organização de Operários e a Organização de Revolucionários*, Lenin, situando as divergências com os economicistas quanto às tarefas de organização, apresenta as principais características que distinguem uma organização de operários (sindical, ou outra), de uma organização social-democrata (revolucionária, partido político revolucionário).
 - É também neste item que Lenin pinta em cores vivas as condições históricas da construção de formas organizativas clandestinas e coesas, em países autocráticos onde prevalece a repressão, ou de formas organizativas mais amplas e abertas, em países onde prevalece a liberdade política.
 - Aqui se encontra também a famosa discussão sobre “revolucionários profissionais”, complementada pelo item seguinte IV d)
- Alguns destaques do item IV c) (trechos do texto)**
- A luta política da social-democracia é muito mais ampla e mais complexa do que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo.
 - (...) a organização de um partido social-democrata revolucionário deve ser, inevitavelmente, de um *gênero diferente* da organização de operários para a luta econômica.



– A seguir Lenin estabelece as características de uma organização operária, distintas das de uma organização revolucionária. Anote e faça você mesmo (a) o fichamento destas características.

- Nos países que gozam de liberdade política, a diferença entre a organização sindical e a organização política é perfeitamente clara (...) na Rússia, contudo, o jugo da autocracia apaga, à primeira vista, qualquer distinção entre a organização social-democrata e as associações operárias porque *todas* as associações operárias e *todos* os círculos estão proibidos, e a greve, principal manifestação da luta econômica dos operários, é considerada em geral como um crime de direito penal (por vezes mesmo como um delito político!)

– Para Lenin, estas condições políticas forjam os fundamentos indispensáveis para a construção de uma organização revolucionária, com um núcleo de revolucionários profissionais.

- (...) não pode haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes que assegure a continuidade (...)

– Note que Lenin não elimina o trabalho político amplo, nem propõe que a organização revolucionária substitua (“pense por todos”) o movimento. Aqui se situa também a discussão entre trabalho legal e clandestino.

- (...) A centralização das funções clandestinas da organização não implica (...) a centralização de todas as funções do movimento.

Alguns destaques do item
IV e) Envergadura do
Trabalho de Organização

- (...) nossa atenção deve voltar-se *principalmente* para elevar os operários ao nível dos revolucionários e não para *descermos* nós próprios infalivelmente ao nível da “massa operária”, como querem os “economicistas”.
- (...) o que me indigna é essa constante mistura de pedagogia com as questões políticas, com as questões de organização.
- (...) o reduzido alcance do trabalho de organização está (...) intimamente relacionado (...) com a redução do alcance de nossa teoria e das nossas tarefas políticas.
- Relacione os destaques acima com a observação que o nosso partido vem fazendo há anos: “o compasso político e ideológico/organizativo”.

Não esqueça!

■ Embora situado no contexto da época de um país autocrático (a Rússia) e de uma acirrada luta ideológica contra o oportunismo político (os economicistas), **Que Fazer?** apresenta os elementos fundamentais e estabelece princípios gerais para a construção de um “partido de novo tipo”, marxista-leninista.

■ A teoria de partido elaborada por Lenin, cujos fundamentos se encontram em **Que Fazer?**, não é uma receita pronta a ser aplicada. O entendimento estático na concepção de partido levou a erros irreparáveis na construção dos partidos nas experiências socialistas derrotadas.

■ O último capítulo do **Que Fazer?** é dedicado à discussão de um plano de um jornal político – o *Iskra* – em torno do qual se unificaria o partido.

Refleta e discuta

■ Quais os elementos essenciais da teoria marxista-leninista de partido?

■ Quais as polémicas atuais sobre a concepção de partido?

■ Na realidade do movimento sindical, hoje, como entender a relação entre o espontâneo e o consciente?

■ O que significa o “risco do substituísmo”?

■ Qual o papel da imprensa partidária? Hoje, ainda cabem a agitação e a propaganda?

Não deixe de ler

✓ *Um Instrumento Político de Tipo Novo: O Partido Leninista de Vanguarda*, Monty Johnstone, in Hobsbawm, **História do Marxismo**, vol. 6, Editora Paz e Terra, RJ, 1988

✓ *Questões de Organização da Social Democracia Russa*, Rosa Luxemburgo, in **A Revolução Russa**, Editora Vozes, Petrópolis, 1991

✓ *O Comunismo e o Estado*, Luís Fernandes, in **Princípios** nº 21, 1991

✓ *O Canto da Sereia de Um Partido para “Todos”*, Rogério Lustosa, in **Princípios** nº 19

✓ *Qual Partido?*, Loreta Valadares, in **Princípios**, nº 23, 1992

– Sobre a polémica com Rosa Luxemburgo, há um texto de Lenin, no volume 7 das Obras Completas, edição traduzida da edição russa e ainda o texto Sobre o Folheto de Junius, in Obras Escogidas en Doce Tomos, tomo VI, Editorial Progreso, Moscou, 1978.

As duas partes anteriores desta Ficha de Leitura foram publicadas nas edições 191 e 192

Osny Duarte Pereira

(1912 – 23/10/2000)

PAULA BEIGUELMAN*

Osny Duarte Pereira nasceu em Itajaí, Santa Catarina. Sua mãe era professora. Estudou em Curitiba, onde cursou a Escola de Direito da Universidade do Paraná, cujo Diretório Acadêmico presidiu. De volta a Santa Catarina, serviu como promotor em várias comarcas, dando início à carreira de jurista, sempre marcada pela preocupação com as causas sociais. Ainda na década de 30, portanto muito jovem, fundou o Sindicato de Trabalhadores do Vale do Rio do Peixe (SC). Ameaçado de morte pela reação, transferiu-se para o Rio de Janeiro.

Sua competência logo foi reconhecida e em 1940. Osny assumiu a direção da prestigiosa *Revista de Direito*. Exerceu a advocacia até 1947, quando prestou concurso para a magistratura no âmbito do Rio de Janeiro, então ainda Distrito Federal. Iniciava assim uma carreira brilhante na qual alcançou o topo, como conceituado desembargador.

Simultaneamente, participava ativamente de todas as lutas progressistas que se desenvolviam, como no caso da campanha *O Petróleo é Nosso*, que galvaniza o país. E também, ao lado de outros companheiros ilustres, contribuiu para a criação da Seção Brasileira da Associação Internacional de Juristas Democráticos, da qual foi secretário e mais tarde vice-presidente.

Nessa condição, teve a oportunidade de viajar à URSS e à China, a fim de municiar-se de elementos e informações que contraporiam à mistificação e deturpações correntes no período da guerra fria. Dessas viagens resultaram os conhecidos relatos *Um juiz brasileiro atrás da Cortina de Ferro* (1952), bem como *Nós e a China* e *A China de hoje*, ambos de 1956.

Em 1960 Osny Duarte Pereira reuniu na obra *Estudos Nacionalistas: Considerações à margem do Brasil contemporâneo* os artigos que vinha publicando no periódico *O Semanário*, como colaborador permanente. Política e economia, capitais estrangeiros, FMI, liberdade democráticas, petróleo, nenhuma questão essencial lhe escapava e era analisada ao mesmo tempo com profundidade e a máxima clareza, conduzindo o leitor à tomada de posição correta. Afóra, é evidente, a cultura e inteligência excepcionais, o amor pelo estudo, de onde provinha essa espantosa energia? Certamente da extrema dedicação à causa nacional e popular, que o levaria a produzir várias dezenas de livros, todos importantes.

No dia 1º de junho de 1989 esse ho-

mem generoso e modesto, não afeito a homenagens, recebeu na Câmara dos Deputados uma homenagem calorosa que aceitou de bom grado, porque confirmava o patriotismo dos parlamentares que haviam promovido a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. A homenagem era, na verdade, uma comemoração pela vitória, conduzida pelo homenageado; e a ela se incorporaram outros lutadores exponenciais de todo o Brasil, embora não fossem parlamentares.

É que, tão logo a Assembléia Nacional Constituinte fora instalada, o jurista espontaneamente transferiu o seu domicílio para Brasília, a fim de proporcionar assessoria à Frente Parlamentar Nacionalista. Na expressão de um dos promotores do evento, “muitos de nós fomos ao dr. Osny Duarte Pereira beber seus conhecimentos”.

O mestre, por sua vez, auxiliava-os com a discussão de suas anotações ao *Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos*, editadas pelo Senado em convênio com a Universidade de Brasília e utilizados como texto-base. Mais que isso, apresentava-lhes as teses que, para sua alegria, eram transformados em proposições aprovadas no corpo da Carta Magna e que diziam respeito: à nacionalização do subsolo, ao correto conceito de empresa nacional; à organização do sistema financeiro e sua preservação contra a internacionalização; à questão da reforma agrária, da dívida externa – e muitas outras. Nas adequadas palavras do deputado Oswaldo Lima Filho, “Osny Duarte Pereira foi o guardião vigilante, a consciência lúcida na defesa da soberania nacional, como assessor da Frente Parlamentar Nacionalista na Assembléia Nacional Constituinte, trabalho esse que veio coroar toda uma vida devotada ao serviço da nação”.

Esses tópicos constitucionais, como se sabe, foram truculentamente alterados no curso dos anos 90, para facilitar a prática das arbitrariedades contra as quais não cessamos de protestar. Sempre combatente, o desembargador Osny continuou a marcar sua presença como quando, por exemplo, proporcionou seu valioso estímulo ao Sindefurnas na luta contra privatização do setor elétrico.

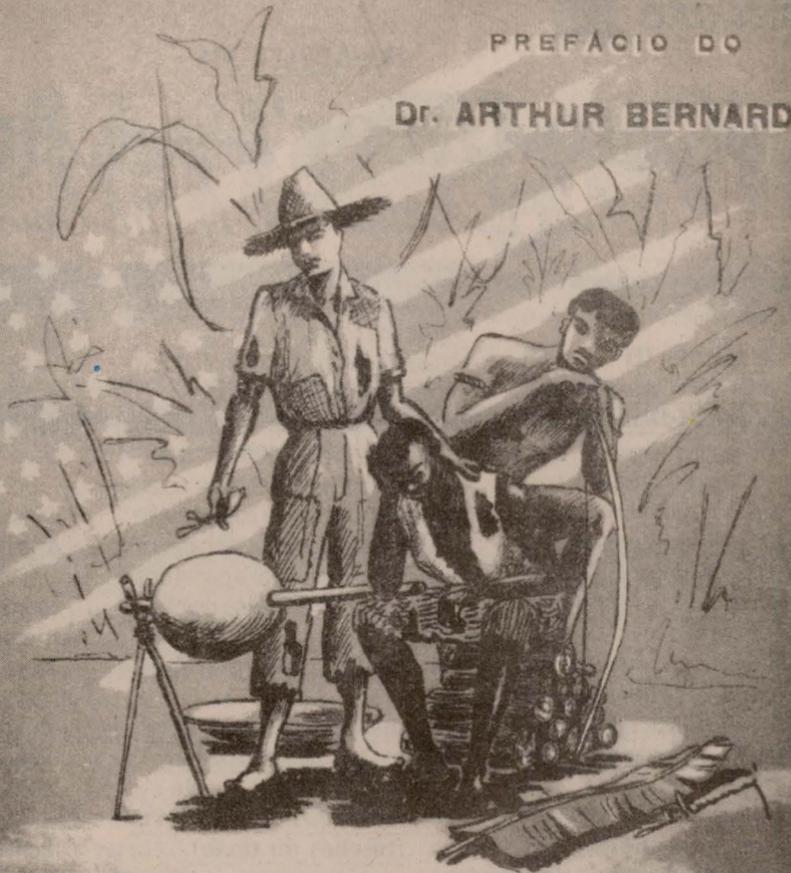
Concluindo este registro, cumpre observar que, no momento em que o imperialismo intensifica a ameaça econômica da Alca e até acena com outra, de matiz militar, as teses de mestres como Osny Duarte Pereira, Nelson Werneck Sodré e Barbosa Lima Sobrinho devem nos servir de inspiração.

*Historiadora e professora associada da USP.

OSNY DUARTE PEREIRA

PREFÁCIO DO

Dr. ARTHUR BERNARDES



DESNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

EDITORA "ATUALIDADES" – México, 21-16.º andar - Fone: 52-5842 - RIO

Livro em defesa da Amazônia, publicado por Osny Duarte, em 1954

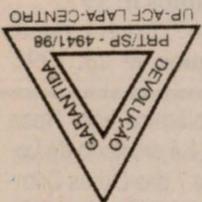
As escolas não ensinam...

Aprendi na escola como está montada a fábrica das leis e a força e o papel de cada uma de suas peças. O maquinista de locomotiva leva ainda a vantagem de ter aprendido que o combustível da máquina é o carvão. Aos bacharéis nem isto é dado conhecer na escola. Não se lhes ensina qual é a força motriz. Esta é cuidadosamente ocultada. Diz-se simplesmente – é o povo, é a vontade popular. E todos devem crer, como se crê nos dogmas. Bacharéis honrados e até cultos chegam mesmo a crer convictamente nesse dogma. Que pessoas são consideradas povo, quantos são esse povo, que requisitos precisa ter alguém para ser considerado do povo, como se funda um partido, o que é realmente preciso para ter um partido político, como se organiza a lista dos candidatos, quais são os efetivos requisitos, nada disso faz parte oficialmente do programa de ensino nos cursos jurídicos. Também se ensina que o voto é livre, por ter a garantia de ser

secreto. É outro dogma. Não se indaga se essa vontade livremente exercida atrás da cortina de votar pode ter sido condicionada por uma propaganda rígida no rádio, na televisão, nos melhores artificios de uma empresa de publicidade, no fato de precisar o eleitor de um emprego, de um leito de hospital e até de um par de sapatos.

Também se ensina nos cursos jurídicos que o deputado eleito goza de imunidades completas. É ainda mais outro dogma. Não se examina se essa imunidade não impõe sanções, para depois do período legislativo, deixando de ser incluído em nova lista ou mesmo durante o período, pela exclusão de negócios vantajosos, em caso de infidelidade a grupos que tenham fornecido os recursos para a campanha eleitoral.

(extraído da introdução a *Quem faz as leis no Brasil?*, Cadernos do povo brasileiro, 1962)



IMPRESSO



CDM
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
Tel. 011 3102 4140
Fundação Maurício Grabois
A CLASSE OPERÁRIA